

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 28 DE MAIO DE 2007

NÚMERO 5.729

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Darci de Matos
Cesar Souza Júnior.
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Onofre Santo Agostini - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
José Natal Pereira - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1746
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 042ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 23/05/2007.....2

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria.....18
Atas das Comissões
Permanentes18
Extratos19
Redações Finais.....19

PLENÁRIO

ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra presença do vereador Leoberto Cristelli; saúda policiais civis e militares e Corpo de Bombeiros que postulam a efetivação da Lei n. 254.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Saúda policiais e integrantes da Segurança Pública e solicita a suspensão da sessão.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Faz a defesa do setor da Segurança Pública e fala da luta para receberem o que falta da Lei n. 254.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Tece elogios à forma como foi conduzida a luta da Segurança.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Hipoteca solidariedade à polícia do estado pela sua reivindicação; registra falecimento de José Righes; aborda a incorporação da Eletrosul à Furnas.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Fala em ser feito um movimento para manter a Eletrosul no estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Registra que a questão da incorporação da Eletrosul à Furnas não tem nada de concreto.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se à história da Universidade Federal para Joinville.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Refere-se à interiorização da Universidade Federal.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Solidariza-se com a causa advogada pelo deputado Darci de Matos e registra a presença do jornalista Toninho Neves.

Partidos Políticos

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Registra a presença do vereador Léo e de diretores de escolas de Brusque; discorre sobre audiência pública na Unifeb para discutir interiorização dos cursos superiores.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Faz o registro da presença do prefeito de Jaraguá do Sul e de representantes dos bananicultores.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Tece considerações sobre privilégios no Presídio Regional de Joinville.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Enfatiza necessidade de apurar os responsáveis pelos atos no presídio de Joinville.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Faz referência à reforma política e ao parlamentarismo.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discorre sobre a convenção da Federação dos Clubes de Diretores Lojistas do estado, em Araranguá; aborda constituição do fórum permanente para tratar da Barragem do Rio do Salto; refere-se à obra de duplicação da BR-101; fala na BR-285.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Enaltece o trabalho do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville e da equipe da *Tribuna do Povo*, por terem salvo um recém-nascido.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Comunica que o secretário Regional de Joinville convocou reunião para tratar do problema no presídio.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Discorre sobre a Acij Jovem e a ExpoGestão 2007.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Fala da importância da ExpoGestão.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do vereador Luiz Alberto Faria, de Canoinhas.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Manifesta-se sobre a educação e a expansão da Universidade Federal; aborda o Pronaf Biocombustível; solidariza-se com mobilizações que acontecem no estado; refere-se à proposta de um salário mínimo regional para o estado.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Parabeniza o deputado Pedro Uczai pelo pronunciamento e o ministro da Educação pelas medidas anunciadas.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador Clóvis, da praia da Enseada.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Anuncia a presença do vereador Vendelin Bósio, de Brusque.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Refere-se à Acij Jovem; aborda Moção n. 0002/2007, da Câmara de Criciúma, repudiando a atitude do secretário da Educação de ameaçar não repassar o dinheiro para o Sinte; manifesta-se sobre a universidade em Joinville.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Parabeniza o deputado Kennedy Nunes pelo depoimento tornando público o tratamento da secretaria da Educação.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra presença de Beto Farias, vereador de Canoinhas.

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solicita permissão do deputado Darci de Matos para subscrever sua indicação solicitando viaturas policiais para Joinville.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Homenageia o ex-vereador Clóvis da praia da Enseada pela presença na Casa.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Pede para subscrever moção do deputado Rogério Mendonça solicitando acordo entre produtores e empresas para que agricultores de fumo não sejam penalizados.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita que sejam incluídos os nomes de alguns deputados na Indicação n. 0334/2007.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute moção da deputada Ana Paula Lima manifestando repúdio pelas declarações contra as mulheres feitas pelo deputado Clodovil Hernandez, e pede para co-assiná-la.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Pede para subscrever as Indicações n.s: 0347, 0348 e 0349 do deputado Dirceu Dresch, pois são referentes à sua região.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Pede para subscrever moção da deputada Ana Paula Lima manifestando repúdio pelas declarações contra as mulheres feitas pelo deputado Clodovil Hernandez.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Discute moção da deputada Ana Paula Lima manifestando repúdio pelas declarações contra as mulheres feitas pelo deputado Clodovil Hernandez.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Solicita permissão à deputada Ana Paula Lima para subscrever sua moção manifestando repúdio pelas declarações contra as mulheres feitas pelo deputado Clodovil Hernandez.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Refere-se à conquista do estado de Santa Catarina da certificação de área livre de febre aftosa sem vacinação.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Comenta a conquista do estado de Santa Catarina da certificação de área livre de febre aftosa sem vacinação.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Aborda a homenagem da Fiesc ao empresário Frank Bollmann; registra a realização da feira Móvel Brasil, em outubro, em São Bento do Sul.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Comenta a homenagem da Fiesc ao empresário Frank Bollmann.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Refere-se ao pedido de informação sobre a renúncia fiscal no estado; comenta a necessidade da reforma fiscal.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Aborda a importância da reforma fiscal.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Registra sua homenagem ao Dia da Indústria e ao empresário Frank Bollmann; refere-se à maioria penal; associa-se ao projeto do deputado Professor Grandó que propõe que 10% dos valores das multas de trânsito sejam destinados aos hospitais.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Aborda a lei da maioria penal.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Comenta os investimentos na saúde.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à maioria penal e aos investimentos em saúde; aborda a audiência pública para apresentação do relatório de visitas aos centros de internação provisória do estado de Santa Catarina; refere-se a obras do governo estadual que estão paradas e aos problemas em algumas escolas públicas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Aborda a redução da maioria penal.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Tece comentários acerca da paralisação do transporte coletivo e ao preço das tarifas.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Aborda o preço das tarifas do transporte coletivo.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Comenta o lançamento da Festa do Pinhão; aborda a conquista de Santa Catarina do certificado de estado livre da febre aftosa sem vacinação.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Refere-se à conquista de Santa Catarina do certificado de estado livre da febre aftosa sem vacinação.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Tece comentários acerca do Dia da Jornada de Lutas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vereador da cidade de Blumenau, o sr. Leoberto Cristelli, que veio visitar a capital do estado de Santa Catarina e também a Assembléia Legislativa, como um futuro postulante, talvez, aqui a deputado estadual.

Sr. presidente, também quero agradecer a presença dos policiais civis e militares e do Corpo de Bombeiros, que vieram ao Parlamento catarinense solicitar aos deputados e às deputadas a garantia da efetivação da Lei n. 254, que é um projeto antigo, inclusive com a manifestação do sr. governador do estado de que seria cumprida na sua íntegra.

(Palmas das galerias)

Eu tenho certeza de que, apesar de retornarem ao seu trabalho, porque são cumpridores da lei, não irão desistir de lutar até o fim para que seja mantida e efetivada a Lei n. 254.

Muito obrigada pela presença dos senhores e das senhoras!

(Palmas)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, certamente vamos abordar muito a questão da Lei Complementar n. 254, na tarde de hoje, como temos feito. E quero também cumprimentar os policiais e a todos os integrantes da Segurança Pública, que perseguem o seu objetivo, sendo exatamente um resgate de um compromisso do atual governo, vencido há quatro anos, aprovado por esta Casa. Sejam bem-vindos e, posteriormente, vamos nos manifestar sobre este tema.

Mas como temos feito todo o ano, e já é uma tradição desta Casa, sr. presidente, gostaríamos de pedir a v. exa. a interrupção da sessão antes do seu início, por não mais do que dez minutos, para que possamos receber em plenário o nosso prefeito Renato Nunes, do município de Lages, juntamente com a rainha, a princesa da Festa do Pinhão e a equipe organizadora, como todo o ano tem sido feito, para eles adentrarem e fazerem o convite a uma nova edição da nossa Festa Nacional do Pinhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência consulta todos os srs. líderes presentes para saber se estão de acordo com a suspensão da sessão por dez minutos.

(As lideranças acquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, a Presidência suspenderá a sessão por dez minutos.

Convidamos o prefeito Renato Nunes, juntamente com as rainhas e princesas da Festa do Pinhão, para adentrarem ao plenário a fim de que possamos fazer a recepção e divulgar esta grande festa da cidade de Lages. Sejam muito bem-vindos prefeito Renato Nunes e sua comitiva.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Desejamos boas-vindas a todas as pessoas que nos visitam e também aos integrantes da Aprasc.

A Presidência recomenda, por uma questão de segurança física da Casa, que na galeria permaneçam apenas as pessoas sentadas nos lugares destinados à sua participação.

Registramos também, com alegria, a visita do ex-deputado estadual e presidente da SCGás, Ivan Ranzolin.

Passaremos às Brevs Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu quero dizer a toda comitiva de Lages, que veio acompanhada do prefeito e demais autoridades, que nós estaremos lá em Lages para trabalhar, como sempre fizemos, para dizer o que pensamos e também, por que não, para curtir a festa e aproveitar naquilo que nos for possível, em virtude do nosso escasso tempo e de outras limitações, inclusive financeiras.

Eu quero apresentar a v. exas., aos srs. deputados e as sras. deputadas um setor da nossa sociedade, que é o da Segurança Pública, que reputo ser a elite da principal categoria de base da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

São mais de 100 companheiros de todas as regiões do estado, lideranças dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que participaram, hoje, pela manhã, de uma reunião ampliada da diretoria. E quando digo de todas as regiões, quero dizer que são os companheiros do extremo oeste, do oeste, do meio-oeste, da serra catarinense, do Alto Vale do Itajaí, do Médio Vale do Itajaí, da foz do rio Itajaí, do norte do estado, do planalto norte do estado, da Grande Florianópolis, do sul do estado e do extremo sul do estado.

As lideranças se reuniram, hoje, para refletir sobre a situação atual, como também sobre o nosso passado e o nosso futuro. Decidimos que deveríamos buscar, neste Poder Legislativo, aliados, de preferência 40 aliados, no conjunto da sociedade brasileira, da sociedade civil e da sociedade política. Decidimos que a nossa luta vai continuar até nós recebermos o que falta da Lei n. 254.

O nosso movimento é no sentido de nós nos manifestarmos diante do governo do estado, dizendo que nós requeremos ao governo que planeje, gestione e organize o estado para que possa pagar o que falta da Lei n. 254. E nós temos dito - a nossa posição é esta -, reiteradas vezes, ao longo da semana passada e das semanas e meses anteriores, que falta pouco para o estado de Santa Catarina, dentro daquilo que vem arrecadando, dentro do crescimento da arrecadação dos últimos anos, conseguir pagar o que falta da Lei n. 254. Não é aquilo que divulgaram; não são R\$ 30 milhões! Com menos da metade disso, o governo resolve a Lei n. 254 inteira!

Queremos dizer também que nós não viemos para o dia 15 imaginando que nesse dia nós iríamos levar a burra cheia de dinheiro, o pagamento todo de uma vez só. Nós viemos para o dia 15 para ter uma proposta, um encaminhamento concreto e objetivo, um cronograma com datas e *quantuns*. E não conseguimos levar isso!

A justa indignação de 100% dos servidores da Segurança Pública de Santa Catarina levou aos episódios da semana passada. Viemos aqui dizer que queremos aliados, queremos planejamento e queremos ser respeitados, e que ninguém precisa nos apresentar uma espingarda de grosso calibre nem meter a mão dentro de um bernal de granada química na nossa passagem, porque nós sabemos o que tem lá dentro, para que serve e quando deve ser usado. E, com certeza, não deve ser usado contra os trabalhadores em geral, nas suas legítimas reivindicações, contra a juventude, contra os oprimidos, e, muito menos, ser cogitado para ser usado contra qualquer um de nós!

(Palmas das galerias)

Ou vivemos num estado democrático de direito ou não seremos mais nós que arcamos com as consequências de atitudes precipitadas de algumas autoridades da instituição.

Nós mantivemos mais calma do que nos seria possível, nos últimos sete, oito dias. Eu tenho dito e repetido que jamais farei o esforço que fiz no dia 15 de maio, nem mesmo para defender este mandato que não é meu, é deles.

(Palmas das galerias)

Vimos aqui dizer, também, que temos um espinho cravado na nossa carne e que sentiremos o movimentar desse espinho até que toda a justiça seja feita, do ponto de vista salarial, como de outros pontos de vista. E daí não se trata de dizer que é este governo ou qualquer governo, que é este partido ou qualquer partido. Vale para todos os partidos, para todos os governos, inclusive para o governo da República, porque muitas coisas só se resolvem em Brasília, só se resolvem no Congresso Nacional!

Mas um dia cada um de nós fez o juramento de dedicar a própria vida, se preciso for, para defender a sociedade. E hoje, pela manhã, nós reiteramos este juramento para defender a sociedade, as leis justas, inclusive a Lei n. 254, e para defender a nossa dignidade. Nós reiteramos o juramento pela própria vida, em nome da nossa instituição, em nome da nossa profissão, em nome da Segurança Pública de Santa Catarina e, principalmente, em nome da dignidade do serviço público de segurança, em nome da sociedade, em nome da nossa própria dignidade.

Eu quero dizer que a nossa luta é por segurança pública, por educação, por saúde, pela agricultura, pelo meio ambiente e pela sociedade. E os nossos companheiros entendem isso porque 20% dos praças têm na sua família professores; outros 20% têm servidores da saúde e 80% de nós, da serra acima, são filhos de agricultores e da serra abaixo, são filhos de pescadores. Nós fazemos parte do povo de Santa Catarina e o nosso mandato está à disposição, num poder popular, que é este da Assembléia Legislativa, para defender estas bandeiras.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Deputado Professor Grando - Eu quero parabenizar v.exa., deputado Sargento Amauri Soares. Eu vi v.exa., muitas vezes, triste aqui, mas sempre soube conduzir, de forma democrática, a reivindicação da Segurança de Santa Catarina nesta Casa, que é a mediadora.

Gostaríamos de dizer a todas as pessoas ligadas à segurança - nós, que viemos de um longo tempo de lutas - aquilo que Lenin sempre nos disse, ou seja, que muitas vezes é necessário dar um passo atrás para poder avançar dois.

A atitude da segurança, em sua assembléia, que é a sua força máxima, dá um respaldo a toda a população de Santa Catarina: o reconhecimento do direito dessa luta a quem nos dá segurança.

Portanto, eu digo, com toda a tranquilidade, a começar pelo amigo deputado Sargento Amauri Soares e a todas as pessoas ligadas à segurança, que foram vitoriosos, sim, porque ganharam a simpatia da sociedade, souberam até aonde avançar e tiveram essa credibilidade. A luta continua e tenho certeza de que este ano poderão ser atendidas as suas reivindicações.

Nós nos colocamos à disposição e, de forma solidária, só tenho que fazer elogios à forma que foi conduzida essa luta. A luta continua, companheiros!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigado, deputado Professor Grando.

Queremos reiterar que não viemos buscar nenhum adversário e nenhum político; viemos buscar o cumprimento daquilo que havíamos combinado e também aliados, de preferência todos os senhores...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Onofre Santo Agostini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, ilustres deputados, sras. deputadas, imprensa, convidados, visitantes, srs. militares e srs. policiais, nós também queremos hipotecar a nossa solidariedade a toda polícia de Santa Catarina pela sua reivindicação.

Este deputado e outros parlamentares tiveram o privilégio de votar a favor da Lei n. 254. Ela existe pela participação da bancada, que deu sustentação ao governo em 2003. Votamos a favor desta lei, assim como votamos a favor da Lei n. 333, que regularizou a situação dos subtenentes inativos de Santa Catarina.

Por isso, aos militares que aqui nos honram com sua visita, nós também estamos hipotecando a nossa solidariedade.

Sr. presidente, ontem faltei à reunião da comissão de Trabalho, que presido, e à sessão desta Casa porque, infelizmente, tive que participar do sepultamento do ex-vice-prefeito e presidente do PMDB de Curitiba, sr. José Righes, mais conhecido como Né Righes, que faleceu num trágico acidente com apenas 58 anos.

Mais uma vida foi perdida na trágica BR-470. Perdemos nosso amigo e conterrâneo. Éramos de partidos diferentes, mas tinha um grande respeito e uma grande admiração por José Righes. Por isso registro, com muito pesar - e já o fiz por escrito -, e devido a isso falhei em não comparecer na sessão de ontem porque estive lá, o sepultamento de José Righes.

Mas, sr. presidente, causa-me uma estranheza muito grande um fato que está acontecendo em Santa Catarina e que me preocupa muito, srs. deputados do PT. O jornalista Cacau Menezes fez uma advertência: "Estão querendo tirar a Eletrosul de Santa Catarina". Ele fez a advertência no jornal *Diário Catarinense*, de 17 de maio, dizendo que estão querendo incorporar a Eletrosul à Furnas. Está aqui na nota, eu já tinha visto isso num jornal de nível nacional e hoje o deputado Professor Grando confirmou-me que também leu.

E o que eu estranho, e muito, é que todo mundo está quietinho. Todo mundo vem aqui fazer crítica contra as privatizações, porque são contra, mas quando se fala num assunto que lhes diz respeito, todo mundo fica quietinho. Daqui a pouco nós vamos perder a Eletrosul; e seria uma das maiores injustiças para Santa Catarina tirarmos daqui essa empresa.

Por isso apresentei uma moção, a ser enviada ao presidente da República, ao Senado, à Câmara dos Deputados e também ao ministro de Minas e Energia, mas, infelizmente, sr. presidente, o ministro caiu. E o que é mais grave, caiu por corrupção! Isto que é grave, porque se caísse por incompetência, até poderíamos regularizar, mas caiu por corrupção! Não faço julgamento, e não vou me precipitar em julgamento antecipado, porque acho que todo mundo é inocente, salvo prova em contrário. E ninguém pode acusar, se não tiver prova. Por isso não vou dizer que é, que misturou o dele. Não vou dizer. Mas é grave porque esse ministro caiu. Tomara, e que Deus permita, que o PMDB, que é o partido que irá indicar o novo ministro das Minas e Energia, indique um que realmente se preocupe com a Eletrosul em Santa Catarina.

Por isso, sr. deputado Jailson Lima, estou apresentando uma moção dirigida ao presidente da República, à Câmara dos Deputados e ao Senado - e peço as v.exas. que nos ajudem nesta batalha -, nos seguintes termos:

(Passa a ler.)

[...]

"O signatário, com base no art. 195 do Regimento Interno deste Poder, e considerando que:

- a implantação da Eletrosul em 1968, proporcionou aos Estados do Sul do País e ao Estado do Mato Grosso do Sul desenvolvimento econômico e social, hoje representado por 16% do PIB e 17% do mercado de energia elétrica do País;

- a garantia de infra-estrutura da energia elétrica foi decisiva para a criação de milhares de pequenas médias e grandes empresas; e

- a eficiência da Eletrosul, integrando os mercados consumidores, garantindo o livre acesso ao sistema de transmissão, promovendo a competição e proporcionando a qualidade de energia, por si só demonstram a necessidade da permanência de sua sede e autonomia,

REQUER, o encaminhamento de MOÇÃO ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, à Ministra Chefe da Casa Civil e ao Fórum Parlamentar Catarinense, nos seguintes termos:

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do deputado Onofre Santo Agostini, apela para que a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul -, não seja incorporada pela Furnas, Centrais Elétricas. A manutenção da Eletrosul como empresa pública é de importância vital para o desenvolvimento econômico dos estados da região sul e do Mato Grosso do Sul. Atenciosamente, Deputado Julio Garcia - Presidente." [sic]

Eu tenho aqui os dados, sras. deputadas e srs. deputados, da importância da Eletrosul. Tanto isso é verdade que até agora, deputado Renato Hinnig, ainda não se entenderam - quem dá sustentação ao governo federal, os Partidos que dão sustentação ao governo federal - para indicar o presidente da Eletrosul. Alguns indicam pessoas do PMDB, outros indicam pessoas do PT. Não quero me envolver em nenhuma indicação, todos os nomes que conheço são de pessoas ilustres, tanto de um partido, como de outro. Poderíamos aqui citar o ex-governador Paulo Afonso, como também o ex-deputado estadual e federal Milton Mendes de Oliveira. Tanto um como o outro são pessoas do mais alto gabarito, que exercerão com dignidade aquela função.

Mas o que é estranho, deputado Manoel Mota, é que isso veiculou na imprensa, e não vejo movimento nenhum. Quando se fala qualquer coisa sobre privatizar, alguns vêm aqui e fazem um estardalhaço, fazem uma revolução, e sobre esse assunto, que é importante, eu não vejo nada. Quando falaram em privatizar a BR-116 e a BR-470, cobrando pedágio, já houve movimentos por aí. Agora está tudo certo. Eu estranho essas atitudes, deputado Manoel Mota. Nós não podemos perder a Eletrosul de Santa Catarina, sob hipótese nenhuma, porque o prejuízo será irreparável para a nossa economia.

Por isso eu venho aqui fazer essa advertência a este Poder e à sociedade de Santa Catarina que nos honra, neste momento, com a sua audiência, para que fiquemos atentos, para que não concordemos com isso, para que façamos um movimento para manter a Eletrosul aqui em Santa Catarina para que continue produzindo riqueza, energia elétrica, empregos e gerando tantas riquezas para o nosso estado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., eminente deputado Onofre Santo Agostini, que levanta um tema de fundamental importância.

Quem não conhece a maior estatal do governo federal em Santa Catarina, a Eletrosul, empresa que já prestou, e presta, relevantes serviços ao nosso estado, que contribui muito para o desenvolvimento de Santa Catarina?! Então, evidentemente que qualquer ação que venha desestabilizar esta empresa, seria um desastre para o estado.

Quero cumprimentar v.exa. e dizer que, se tiver de fazer um movimento muito forte para manter esta estatal, com certeza estaremos juntos, pois este é o caminho em defesa de Santa Catarina e do povo catarinense.

Parabéns, deputado Onofre Santo Agostini!

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não! Com todo prazer vou ouvir v.exa.

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu quero saudar o nobre deputado pelo discurso, que ressalta a importância da Eletrosul não só para Santa Catarina, mas para todo o sul do Brasil. O importante é reconhecermos esta empresa como empresa pública, prestando serviço de qualidade e importante para a economia de nosso estado.

Agora, essas questões aventadas são meras especulações que não têm o menor fundamento, pois não existe uma proposta concreta. Eu gostaria que se pautasse o debate com mais incisão nas coisas realmente encaminhadas. Essa questão não tem nada de concreto, não passa de fofoca, de especulação da imprensa, e eu queria que isso ficasse aqui registrado nesta oportunidade.

Obrigado pela oportunidade do aparte.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu agradeço o seu aparte. E Deus permita que v.exa. tenha razão. Mas há um ditado popular, deputado Manoel Mota, que diz que onde há fumaça, já houve fogo. Se a imprensa está advertindo, é porque alguma coisa está para acontecer. Portanto, Deus permita que v.exa. tenha razão e seja só fofoca, mas o jornal *Diário Catarinense*...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores, eu lamento fazer o meu pronunciamento na ausência do nobre deputado Kennedy Nunes, de Joinville, porque este meu pronunciamento refere-se a algumas questões que foram levantadas pelo nobre deputado na sessão de ontem, que são impropriedades.

Julgo ser necessário, ser pertinente, deputado Manoel Mota, podermos contar, na tribuna desta Casa, a verdadeira história da Universidade Federal para Joinville ou para as regiões norte/nordeste de Santa Catarina. Ontem, nesta tribuna, foi contada uma parte da história, foi dada uma versão que não é a verdadeira, deputado Joares Ponticelli, sobre a Universidade Federal para Joinville e para o norte de Santa Catarina.

Muito bem, o nobre deputado Kennedy Nunes afirmou que o prefeito de Joinville, Marco Antônio Tebaldi, é contra a instalação do pólo da Universidade Federal em Joinville, ou no norte do estado, deputado Manoel Mota, que está-se posicionando contrário, e agora convocou a imprensa e ofereceu três terrenos para a instalação da universidade. Essa afirmação procede por que o prefeito assim agiu no início desta semana.

Mas não falou o deputado Kennedy Nunes que não é só o prefeito Marco Tebaldi que é contra a idéia inicial do deputado Carlito Merss e do vereador Marquinhos de levar para Joinville um pólo da universidade de ensino semipresencial. Deputado Jailson Lima, v.exa. sabe que o ensino semipresencial nada mais é do que a antiga tele-sala. E sobre esse projeto da antiga tele-sala, não só o prefeito é contra, mas eu também sou e a cidade também é contrária a esse projeto. Porque querer levar para Joinville a tele-sala, o ensino semipresencial para a maior cidade catarinense, é querer brincar com a inteligência do povo joinvilense!

Não podemos apoiar ou permitir que um projeto dessa natureza seja levado para Joinville para fazer politicagem barata. E aí o prefeito Tebaldi agiu de forma racional e inteligente, como prefeito da maior cidade de Santa Catarina. Agora, contra o pólo da Universidade Federal nós não somos contra; somos favoráveis, ninguém é imbecil ou idiota para ser contra a Universidade Federal. Nós sabemos da importância que tem uma universidade para o desenvolvimento cultural, social, político e econômico de uma cidade ou de uma região.

Somos favoráveis, tanto é que o prefeito colocou à disposição três opções de terrenos, deputado Onofre Santo Agostini, para a universidade se instalar naquela cidade ou naquela região. Agora, utilizaram a tele-sala, que o prefeito se posicionou contrário inteligentemente, para dizer que o prefeito era contrário à universidade. Não, isto não é verdade, e não foi o que foi dito na tribuna na sessão de ontem! E nós temos o dever, a incumbência e a tarefa maior de falar a verdade, de contar a história na sua totalidade, não somente a parte que nos interessa.

Portanto, o prefeito Tebaldi não apoiou, não ajudou, com razão. Agora, se o governo federal - e elogiei nesta tribuna e mantenho o meu elogio - colocar em prática o Plano de Desenvolvimento Educacional, que é excelente, deputado Pedro Uczai - e sou ideologicamente de Oposição ao governo federal, mas aquilo que é bom, eu elogio, não tenho medo de elogiar, e reafirmo os elogios ao projeto do governo federal -, se for para levar para Joinville o pólo da universidade, ensino presencial, pós-graduação, doutorados, cursos com qualidade de excelência, todos nós somos favoráveis e vamos apoiar.

Agora, o que diz o vereador Marquinhos no jornal é que Joinville precisa se mobilizar e fazer abaixo-assinados e uma força-política para trazer esse pólo. Quer dizer, não está consolidado, não está definido que o governo federal ou a Universidade Federal vá levar esse *campus* para a nossa cidade. É um projeto, é uma idéia que tem o nosso apoio e, portanto, eu me senti no dever de poder esclarecer os fatos.

Para concluir, quero colocar que ensino semipresencial, tele-sala, não é para a maior cidade de Santa Catarina, não é para a cidade que responde por 1,5% das exportações do Brasil, para a cidade que responde por 25% das exportações de Santa Catarina. Não! Infelizmente, não! Agora, ensino presencial, um braço da Universidade Federal em Joinville, nós queremos e apoiamos, porque sabemos que a universidade se constitui num pólo de irradiação de ciência, de tecnologia, de pesquisa, de extensão e é de fundamental importância para o desenvolvimento da cidade e da nossa região.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu acho que qualquer pessoa, em sã consciência, jamais seria contra a extensão de uma universidade no município. O grande problema, deputado Darci de Matos, é quando envolve politicagem.

Nós passamos por esse processo - e o deputado Pedro Uczai nos deu a honra de sua presença em Curitiba, quando o reitor assumiu o compromisso de instalar lá uma extensão da universidade -, mas lá foram as entidades representativas que organizaram tudo. Nós, políticos, fomos lá só hipotecar solidariedade, ajudar e reconhecer, como fez v.exa. E quero cumprimentá-lo pela grandeza que está tendo na tribuna de reconhecer quando o governo acerta. Quando o governo acerta, nós tiramos o chapéu para ele. Fez bem o governo em interiorizar a Universidade Federal. Muito bem! Parabéns para o governo, vamos aplaudir e sustentar!

Discordamos de algumas coisas do governo? É claro que sim! Na minha avaliação - e vou repetir mil vezes, se necessário for -, a política econômica do governo é um desastre porque está quebrando os setores moveleiro e papelero, e outros setores produtivos de Santa Catarina. Não pode haver política econômica que enfraqueça quem produz. Não pode dar certo essa política econômica. Agora, o governo também tem acertado.

Quero cumprimentá-lo e dizer que, se Deus quiser, v. exa. vai ser o prefeito de Joinville e nós vamos lá juntos, eu e o deputado Nilson Gonçalves, que, com certeza, vai ajudá-lo, inaugurar a Universidade Federal de Joinville.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, eu não quero me alongar, e fico até feliz de ver o deputado Onofre Santo Agostini com esse fervor todo por Joinville. Seria até bem-vindo à nossa terra, morando por aquelas bandas.

Deputado Darcy de Matos, só quero corroborar as suas palavras e solidarizar-me com v. exa. que trabalha, tem também o apoio desse segmento acadêmico no município de Joinville e está aqui advogando essa causa. Mas não é uma causa sua, não é uma causa minha; é uma causa de todos nós, que amamos o município de Joinville. Por isso quero me solidarizar com as suas palavras.

Gostaria de aproveitar também para, através deste microfone, mandar um abraço para outro joinvilense que também ama aquela terra com tanto fervor quanto nós dois: o jornalista Toninho Neves, que se encontra aqui com a sua filha e que também briga feito gente grande pela nossa Joinville.

Obrigado, Toninho, pela tua presença nesta Casa!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Sr. presidente, encerro as minhas palavras reafirmando o apoio do prefeito, o apoio, como disse o deputado Nilson Gonçalves, de todas as lideranças vivas da nossa comunidade, à possibilidade da instalação de um *campus* em Joinville para atender a região. Estive com o magnífico reitor, Lúcio José Botelho, e nós temos grandes possibilidades. E sabemos da importância de uma universidade para a cidade e região por dois motivos: primeiro porque dá acesso ao filho do trabalhador e, segundo, pelo fato de desenvolver sobremaneira, em termos econômicos, sociais, políticos e cultural, a região.

Agradeço pelos apertes, deputados Nilson Gonçalves e Onofre Santo Agostini, e muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro.

Aproveito para agradecer a presença do jornalista Toninho Neves e de sua filha.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, antes de fazer o meu pronunciamento, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vereador professor Léo, de Blumenau, que também foi candidato a deputado federal pelo PDT.

Gostaria também de registrar a visita na nossa Casa, com muito orgulho, de 12 diretoras e de um diretor de escolas do município de Brusque, que a estão aqui prestigiando a nossa sessão da Assembléia legislativa. Trata-se de professoras e diretoras responsáveis pela qualidade do ensino praticado, hoje, no município de Brusque, sendo conceituado entre os dez melhores do Brasil.

Então, às diretoras os meus parabéns pelo trabalho realizado em Brusque em prol da nossa juventude.

O meu pronunciamento, hoje, sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, é exatamente sobre a educação. Nós tivemos, na segunda-feira, em Brusque, uma audiência pública na Unifeb para discutir a interiorização e a expansão de cursos superiores em Santa Catarina, inclusive muito bem conduzida pelo nobre deputado e presidente do Fórum Parlamentar Catarinense da Interiorização e Expansão dos Cursos Universitários, deputado Herneus de Nadal, e da qual também participou o deputado brusquense Serafim Venzon.

Foi uma noite muito produtiva, na qual estiveram reunidos, além dos deputados da Assembléia Legislativa, todo o corpo universitário, seja ele docente ou estudantil. E lá surgiram algumas idéias para resolver os grandes problemas que o ensino superior passa, hoje, no Brasil.

Primeiro, somos favoráveis, sem dúvida nenhuma, à criação de faculdades, à interiorização da Universidade Federal de Santa Catarina, mas, por outro lado, não podemos esquecer das instituições que já estão implantadas em toda Santa Catarina.

E ali foi colocado que Santa Catarina é o estado que tem o menor número de universidades federais. Só temos uma, enquanto Rio Grande do Sul tem seis, Paraná tem oito e Minas Gerais tem 12. Não tivemos a felicidade de ter um peso político como estes outros estados, como Rio Grande do Sul, com alguns presidentes; Minas Gerais e São Paulo, com a política do café com leite, que para lá levaram as universidades federais.

Mas o povo catarinense e a classe de professores, diretores e estudantes foram criativos e criaram um sistema aqui inédito no país, que foi o Sistema Acafe, e levaram faculdades e universidades para todos os cantos de Santa Catarina. O Sistema Acafe, hoje, está implantado em mais de 87 municípios de Santa Catarina. Temos que ter o cuidado, nessa interiorização da Universidade Federal, para que também não estejamos prejudicando e matando as nossas faculdades que já estão implantadas.

E os números são importantes porque, hoje, só no Sistema Acafe, existem, sr. presidente, mais de 40 mil vagas ociosas em sala de aula. E a proposta que lá saiu é que o governo federal compre e ofereça essas vagas ociosas nas salas de aula para estudantes carentes, realmente carentes, oriundos de escolas públicas, para que possam ter a oportunidade de fazer a sua faculdade.

E pergunta-se: e dinheiro da onde? Eu vou colocar alguns dados aqui para v. exas. verem como o governo federal pode ter dinheiro. Senão vejamos: no orçamento de 2007, para o ministério da Saúde, R\$ 49 bilhões - é muito pouco, o governo ainda quer contingenciar R\$ 5 bilhões -; ministério da Educação, R\$ 27 bilhões; combate à fome, R\$ 24 bilhões; ministério da Defesa, R\$ 40 bilhões - o ministério da Defesa quase com o dobro do orçamento do ministério da Educação -; e pior, para o pagamento do serviço da dívida externa do Brasil, R\$ 240 bilhões. Ou seja, dez vezes a mais do orçamento da Educação no Brasil estão destinados para pagar os juros da dívida externa.

O dinheiro existe, basta sermos criativos, remanejarmos o orçamento da União, diminuindo nesses ministérios e aí, sim, trazendo essa diminuição dos outros ministérios para acrescentar no orçamento da Saúde e da Educação.

Era isto que eu queria colocar, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Agradecemos a presença das professoras e diretoras de Brusque.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença do nosso prefeito de Jaraguá do Sul, sr. Moacir Bertoldi, que está aqui acompanhado dos seus secretários e do representante dos nossos banicultores daquele município.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência também agradece a presença do prefeito de Jaraguá do Sul, Moacir Antônio Bertoldi. Sinta-se bem em nossa Casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

(Pausa)

Na ausência da representante do PRB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, a população de Joinville, no dia de hoje, quando acordou, tomou praticamente um soco na boca do estômago, falando um português bem popular, pois se deparou com uma notícia divulgada no jornal *Notícias do Dia*, de Joinville, que, no mínimo, constrange todos nós, cidadãos de Joinville e região.

A manchete que está estampada no jornal, com fotografia, inclusive, é a seguinte: "Churrasco e Pagode no Presídio Regional" de Joinville.

(O deputado Nilson Gonçalves exhibe o jornal.)

Aqui dá para ver a manchete e o preso lá fazendo churrasco. Numa outra foto, dentro do jornal, vemos o cidadão serrano uma das grades do presídio. Isto, hoje, repercutiu de uma maneira assustadora no município de Joinville. Todos ficamos extremamente constrangidos! Na página 5, do jornal *Notícias do Dia* diz assim:

(Passa a ler.)

"Presídio Vira Salão de Festas

A cena parece típica de um domingo no subúrbio: ao som de pagode, pessoas se servem de churrasco e jogam despreocupadamente. Seria comum se tal festa não acontecesse no pátio do Presídio Regional de Joinville, como forma de comemorar uma fuga planejada para o dia seguinte. As imagens gravadas" - que foram passadas no SBT, em Joinville - "por um cinegrafista amador revelam a convivência de policiais militares e agentes prisionais com os detentos, num local onde eles deveriam cumprir suas penas. Agora, todos estão na mira do Ministério Público Estadual." [...]sic]

Além das fotos divulgadas no jornal *Notícias do Dia*, há a matéria que foi colocada no *SBT Meio-Dia*, mostrando a promiscuidade que existe entre agentes penitenciários, policiais militares e alguns privilegiados que estão presos lá. Digo privilegiados porque naquele presídio está saindo gente pelo ladrão. Há lá, acho, cerca de 600 pessoas presas, uma verdadeira loucura. Mas apenas uma dezena, mais ou menos, de presos gozam desse privilégio.

Além destes privilégios de fazer um churrasquinho, de bater uma bola, de conversar no aparelho telefônico, no celular, também gozam de outros privilégios. Se o preso precisa ir ver a família, porque alguém está de aniversário, então uma viatura, com a convivência, evidente, de gente de fora, leva o preso, com a história de que vai levá-lo no hospital para fazer um curativo, até a casa dele para ele fazer a confraternização com a família.

Isto estava acontecendo no presídio de Joinville. Mas a novidade é que seja no presídio, porque há alguns anos nós tivemos o desprazer, em Joinville, de ver a fotografia de delegado de polícia, que não está mais lá, confraternizando com o mundo do crime em churrascadas fora do presídio. Antes era fora do presídio e agora a confraternização passou para dentro do presídio!

Como parlamentar, como representante da comunidade joinvilense, como membro da comissão de Segurança, eu estou solicitando ao presidente da comissão que nós possamos ter aqui na Casa a presença do secretário de Segurança Pública do estado para que ele possa nos dizer qual é a iniciativa que já foi tomada em relação a esses fatos.

Eu sei que o Ministério Público, em Joinville, através do promotor Geovani, está tomando algumas providências, mas eu quero saber, até porque é meu dever e dever a comissão de Segurança desta Casa, de maneira concreta, o que se está fazendo de objetivo para que nós possamos sanar essa vergonha que acontece no município de Joinville.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, pela oportunidade do aparte.

Quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que eu sou solidário, a Associação dos Praças é solidária, bem como esses companheiros que estavam aqui, e muitos outras lideranças que não vieram porque estavam trabalhando. A nossa posição, há cinco anos, é a seguinte: a todo policial, a todo servidor da Segurança Pública que esteja envolvido em qualquer caso de corrupção, nós mesmo vamos dizer que ele não serve para ser da Segurança Pública, para ser da nossa instituição.

Então, somos solidários com v.exa., e esperamos que se apure e que se responsabilize legalmente os responsáveis por qualquer ato na cidade de Joinville, no presídio de Joinville ou em qualquer outra cidade do estado de Santa Catarina.

Parabéns a v.exa.! Comungamos, perfeitamente, com a sua posição.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Eu entendo - e v.exa. também faz parte da comissão de Segurança - que a própria comissão deveria fazer uma visita àquele presídio para conhecer mais de perto o que acontece por lá. E antes de ir, deveria ter uma conversa com o secretário da Segurança. Sou deputado da base do governo, trabalho para que este governo possa alcançar os seus objetivos, mas não vou me calar diante desta pouca vergonha que está acontecendo lá no meu município. Deveremos convocar o sr. secretário para que venha na comissão explicar o que se está fazendo, de forma objetiva, para sanar esse problema lá no município de Joinville.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta presidência agradece a visita do sr. Villar, da Associação dos Bananicultores, o do secretário do Desenvolvimento Rural, sr. Amarildo.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 19 minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, amigos e amigas presentes nesta sessão, vivemos um momento de amplo debate em nossa sociedade acerca de um tema que considero fundamental para o avanço da democracia e das instituições no estado brasileiro. Refiro-me à reforma política.

Muitas são as questões que cercam este tema, e há de se ressaltar aqui que a população brasileira encontra-se indignada e desiludida com a classe política - e não é para menos. Afinal, o que mais inunda as manchetes dos jornais cotidianamente são, justamente, uma série de escândalos de corrupção, má utilização do dinheiro público e coisas do gênero, e em praticamente todos os casos há algum político envolvido.

Mas esse motivo, obviamente, não pode afastar as pessoas de bem da política brasileira. Nós temos que lutar para que a juventude, as mulheres, os empresários e os trabalhadores não se afastem da política e, principalmente, não joguem na mesma vala daqueles que mantêm interesses escusos os homens de bem que estão aqui para debater idéias e projetos em benefício da maioria da população.

Mas, voltando ao tema central desta minha opinião, acredito ser extremamente necessária a realização de uma reforma política, uma reforma democrática, que amplie a capacidade de fiscalização e atuação da população junto ao Poder Público. Para que se consolidem os partidos em nosso país, precisamos fortalecê-los - as identidades partidárias devem ser reafirmadas.

É preciso, meus companheiros, resgatarmos os sentimentos de outrora, quando tínhamos amor por nossos partidos, viamos nossos pais entregarem-se apaixonadamente às causas que os partidos defendiam. Era motivo de orgulho levantar a bandeira e cantar músicas e palavras de ordem que continham idéias de democracia, solidariedade e igualdade.

Não é nenhuma novidade que os deputados são, atualmente, os mais atacados na política brasileira, como todos os deputados de todos os estados, como os nossos companheiros da Câmara Federal. Não que alguns não mereçam, mas, entretanto, há certo abuso no ataque ao Parlamento, já que é justamente nele que temos construído os maiores avanços na democracia brasileira.

Leis que garantem avanços sociais, a Constituição de 1988, CPIs que têm descoberto uma série de irregularidades nos meandros dos poderes, o *impeachment* do Collor, enfim, o Parlamento, inclusive pela sua proximidade com o eleitor, pode contribuir de modo mais significativo frente à condução da nação brasileira. Esse ataque ao Poder Legislativo ainda é um pouco do resquício autoritário do Brasil que sobrevive ao fim da ditadura militar. Não nos surpreende ouvirmos expressões que dizem: 'Porque não fechar logo este Congresso'; 'Fecha essa droga'; 'Deputados não fazem nada, para que tê-los?!'.

As Casas parlamentares não podem se tornar apenas Casas homologatórias. É preciso debater e colaborar na construção das grandes decisões e temas do estado, seja nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas ou na Câmara Federal.

Para resgatar o verdadeiro papel do parlamento, para fortalecer a democracia, os partidos e as lideranças ideológicas, precisamos pensar se o mais adequado não seria implantarmos em nosso país o parlamentarismo. E como funcionaria esse parlamentarismo? Obviamente não tenho um modelo pronto, tenho opiniões, levando em conta os modelos já existentes em algumas nações do mundo.

Inicialmente, teríamos a primeira diferença na relação dos poderes: hoje, em tese, há independência do Poder Legislativo para o Poder Executivo. No parlamentarismo, teríamos uma situação de colaboração entre os poderes. Vamos ter como modelo o parlamentarismo republicano (próximo ao da França e da Alemanha), diferente da Inglaterra, onde temos o parlamentarismo monárquico.

O parlamentarismo exige uma relação de equilíbrio entre os poderes; afinal, o chefe de governo - primeiro-ministro - pode, através do Parlamento, Casa da qual deverá fazer parte, obter a demissão do ministério. Entretanto, o Parlamento pode ser dissolvido pelo Chefe de Estado - aqui o presidente da República.

Para alguns teóricos, ainda, no caso de uma república parlamentarista, teríamos um Chefe de Estado atuando como um quarto poder, praticamente como moderador das relações no estado.

O Chefe de Estado, presidente da República, seria a figura que representaria a nação nas questões internacionais, protocolos de acordos mundiais, deixando para o primeiro-ministro a resolução das questões internas.

Caberia ao Congresso Nacional, na sua Câmara Baixa, eleger o seu chefe de governo - primeiro-ministro - em torno de uma plataforma política, um governo de coalizão.

O avanço desta maioria parlamentar seria o resultado de uma costura ideológica, que determinaria, em conjunto com o Chefe de Estado - presidente da República -, os rumos da política nacional por um prazo determinado.

Com um chefe de estado e um chefe de governo, com alianças baseadas em princípios ideológicos, com partidos fortalecidos, poderíamos dar fim ao balcão de negócios entre o Executivo federal e o Parlamento. Esta situação, ao longo das últimas décadas, tem degradado a imagem do deputado e o colocado num papel restrito na consolidação da democracia frente à potencialidade de seu papel.

Por outro lado, em função justamente da proximidade que nós, deputados, temos com a base eleitoral, seria mais fácil criar instrumentos de pressão, democráticos e republicanos, frente ao comportamento de direção dos rumos da nação, ampliando, sim, senhores, o poder do parlamentar.

A revisão da forma política de condução do estado brasileiro, no meu ponto de vista, seria bem melhor, na medida em que aplicássemos esse belo modelo de nações avançadas e que poderia levar o Brasil a uma melhor relação política entre os poderes e a sociedade brasileira.

Há de se ressaltar que o modelo deveria ser construído num processo democrático, e com a participação da sociedade brasileira. Não por decreto nem atendendo a interesses casuísticos, como vieram muitas mudanças políticas recentemente no nosso Brasil.

A primeira e única experiência de parlamentarismo que tivemos neste país foi durante o governo Jango, mas não tivemos tempo de medir os efeitos deste sistema de governo. Foi calado até hoje!

Eu, como defensora do parlamentarismo, penso que deveríamos dar ao país a chance de usufruir deste sistema baseado num voto indusfruível - o voto de confiança entre os poderes.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Antes de v. exa. entrar no ritmo do seu pronunciamento, gostaria de dizer que acabei de saber, neste momento - e aproveito para parabenizar o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville e também a equipe do programa *Tribuna do Povo*, do SBT -, que hoje de manhã acharam uma criança recém-nascida, com placenta e tudo, no mato, no bairro Vila Nova. Graças à agilidade dos nossos repórteres profissionais, que foram até o local e chamaram os bombeiros, essa criança pôde ser salva, tendo sido levada ao hospital. Trata-se de um menino que recebeu o nome de Rafael.

Quero parabenizar e enaltecer o trabalho do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville e também da equipe da *Tribuna do Povo*, da qual eu sou titular, mas os nossos brilhantes repórteres fizeram um trabalho muito bonito, hoje, pela manhã, salvando a vida de um ser humano que estava com placenta e tudo no mato, porque foi deixado por alguma mãe desnaturada.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu agradeço, deputado.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, para a minha alegria, da minha cidade e da minha região, ontem faltavam dois dias para a maior convenção de Santa Catarina, a da Federação dos Clubes de Diretores Lojistas do nosso estado. Hoje falta apenas um dia e amanhã, às 20h, em Araranguá teremos a abertura da maior convenção realizada pelos Clubes de Diretores Lojistas, coordenada pela federação, com a participação de mais de mil inscritos. Portanto, será um encontro muito grande que avaliará as questões fundamentais para o nosso estado, seja na geração de emprego e renda, de desenvolvimento e de contribuição.

Por isso a importância de podermos receber tantas pessoas competentes, inteligentes e criativas, porque, hoje, os lojistas executam essas tarefas com competência e criatividade. Amanhã vamos ajudar a recepcioná-los, e virão pessoas dos quatro cantos do estado de Santa Catarina, que proporcionam muitos empregos e tributos. Então, para nós será um dia importante.

Amanhã, quinta-feira, aqui neste Parlamento, também será um dia importante, pois discutiremos a constituição de um fórum permanente para tratar de uma barragem da minha região que vai garantir o abastecimento de água em todo o perímetro urbano, e também que a nossa região continue sendo a maior produtora de arroz irrigado no estado de Santa Catarina.

Tínhamos plena consciência, quando discutimos a questão da Barragem do Rio do Salto e da Barragem do Rio São Bento, de que as duas não sairiam. Mas assinei, junto com os parlamentares, o movimento para a Barragem do Rio São Bento, hoje concluída e abastecendo toda aquela região, abastecendo os perímetros urbanos, que são fundamentais, mas também mantendo a plantação de arroz de toda aquela região.

E agora é a vez da minha barragem. Duas não sairiam e tivemos consciência disso. Se tivéssemos trabalhado nas duas, talvez não tivéssemos nenhuma, hoje. Como tivemos consciência e assinamos aquele documento, deu tudo certo.

Hoje esse fórum tem como presidente o deputado Valmir Comin, como vice-presidente este deputado e como relator o eminente deputado Décio Góes. Para quê? Para trabalhar com o objetivo de desenvolver a nossa região, de manter a nossa economia, que é a agricultura. Na minha região, a principal economia é a agricultura. Por isso somos o maior produtor de arroz irrigado de Santa Catarina, e de qualidade.

Portanto, temos que trabalhar nesse sentido. Há uma emenda de R\$ 40 milhões apresentada pelo Fórum Catarinense e o governo do estado tem, aproximadamente, R\$ 10 milhões do Orçamento para uma obra que vai precisar de R\$ 60 milhões. Então, está muito perto para iniciar uma obra tão importante para Santa Catarina.

Srs. deputados, é evidente que teremos que ir a Brasília por duas razões: primeiro, porque foi realizada uma vitória na BR-101 e também uma audiência pública em Içara. E agora, com relação a todos aqueles levantamentos a respeito dos gargalos da BR-101, como as questões do Morro do Formigão; da Ponte de Laguna, da Cabeçuda; do Morro dos Cavalos, que ainda não possuem projeto enquanto a BR-101 está sendo duplicada, sairá um documento que queremos discutir com o Fórum Catarinense, com os deputados e senadores. Vamos também discutir com o Fórum Gaúcho e depois levar esse documento ao DNIT, ao ministério dos Transportes.

Mas nessa ida a Brasília, nós vamos aproveitar para fazer o mesmo trabalho com o nosso fórum, sobre a questão da emenda da nossa barragem. O político também tem que ser criativo e aproveitar uma viagem só para buscar resultados para a região, porque é isso que o povo espera dele, seja para duplicação, com relação a esses gargalos, ou para a Barragem do Rio do Salto, uma obra que irá envolver, aproximadamente, 500 hectares de terra e que vai dar a garantia de abastecimento de água para toda a região do Vale de Araranguá.

Por isso temos que trabalhar, lutar, buscar alternativas, apresentar propostas e resultados. E é isso que fizemos aqui no Parlamento catarinense, lutando e trabalhando com responsabilidade, mas com lealdade pelo povo e pela região para buscar resultados para a nossa sociedade. É dentro desta linha que queremos continuar lutando.

E temos uma obra que é fundamental, a BR-285. No lado do Rio Grande do Sul, a obra é federal e já estão trabalhando na ligação BR-101/Araranguá/Ermo/Turvo/Timbe/São José dos Ausentes/Bom Jesus/Vacaria/Lagoa Vermelha/Passo undado/Erechim/Carazinho/São orja/Argentina. Faltam apenas 75 quilômetros e em 50 quilômetros o governo federal já está trabalhando. Portanto, ficarão faltando 25 quilômetros para licitar e aí, sim, podermos fazer o Corredor do Mercosul.

Essa região do Rio Grande do Sul é 250 quilômetros mais perto do Porto de Imbituba do que do Porto de Rio Grande. E a soja de Carazinho, de São Borja, enfim, de toda aquela região virá para o Porto de Imbituba. Então, será preciso muito trabalho, muita dedicação e muita responsabilidade, e é isso que fizemos no dia-a-dia neste Parlamento, seja em defesa do governo, seja em defesa da sociedade, mas trabalhando e buscando alternativas, porque o político foi eleito para buscar resultados. Eu luto para buscar resultados. Por isso estamos preparados para uma grande missão, pois é ela que vai nortear o nosso trabalho.

O Parlamento tem lutado muito na busca de resultados. Temos sempre que buscar alternativas, porque fomos eleitos não apenas para criticar, mas, principalmente, para buscar resultados para toda a sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, acabei de receber um recado, agora, com relação ao meu pronunciamento na tribuna há pouco, em que eu citava a churrascada feita no presídio público de Joinville. Eu recebi, agora, a informação de que o secretário Regional, Manoel Mendonça, convocou para participar de uma reunião esta tarde o coronel Dalbosco; o delegado regional Dirceu Silveira Júnior, de Joinville; e o diretor do Diap, a fim de encontrar uma solução para resolver de uma vez por todas esse problema no presídio público de Joinville. E muito provavelmente os responsáveis serão substituídos por pessoas confiáveis.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao partido DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, senhoras e senhores, inicialmente, quero saudar, neste plenário, o empresário Alonso José Torres, da empresa Soluções, de Joinville; o sr. Fábio Ribeiro, presidente da comissão organizadora da 5ª ExpoGestão 2007; o sr. Marconi Bartoli, membro da comissão organizadora, e o sr. Gregory Barbieri, presidente da Acij Jovem, de Joinville.

Deputados Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, quando falamos da Acij Jovem, de Joinville, todos têm conhecimento e sabem da importância que tem essa instituição na nossa cidade, da ousadia e da coragem que têm esses empresários jovens que se fazem presentes nesta Casa. E se as lideranças assim entenderem, esses jovens haverão de lançar, neste plenário, ainda hoje, o maior evento de gestão, deputado Nilson Gonçalves, do sul do Brasil e um dos maiores do Brasil.

A Acij Jovem, deputado José Natal, é a entidade que realiza esse grande evento em Joinville todos os anos, mas também foi ela que criou o Feirão do Imposto, que foi um case levado para todo o Brasil, com muito sucesso, e que no final do ano passado foi editado simultaneamente em 102 municípios.

Portanto, deputado Nilson Gonçalves, já estiveram presentes na ExpoGestão palestrantes como Domenico De Masi, grande sociólogo italiano; Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República; e Pedro Malan, dentre tantos outros de envergadura nacional e internacional. Neste ano, nós teremos - os senhores haverão de expor logo em seguida - a presença de James Hunter, autor do *best seller O Monge e o Executivo*, livro fantástico que faz um enfoque excepcional sobre liderança.

Esse evento, sra. presidente, vai render para a nossa cidade, em termos econômicos, aproximadamente R\$ 5 milhões. Vejam a importância desse evento, não só econômica, mas cultural, de negócios, em termos de gestão, em todos os aspectos, para Joinville, para Santa Catarina e para o Brasil.

Santa Catarina tem-se constituído num pólo de excelência de gestão pública e de gestão privada. E esse evento coloca o nosso estado no eixo nacional, divulgando e elevando o seu nome em nível nacional. Joinville tem empresas líderes do mercado nacional, como a Embraco, a Datasul. Em Santa Catarina, temos a Sadia, a WEG e assim por diante.

Portanto, saúdo esses jovens empresários pela presença na nossa sessão, convidando todos os parlamentares para participarem desse significativo evento. Quero ainda dizer que estamos apoiando esse evento porque é muito importante para Joinville e para o Brasil.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Quero me solidarizar com v.exa. e dizer que dou total apoio para que esses empresários venham a este plenário falar um pouco sobre a ExpoGestão que vai acontecer no município de Joinville. Do dia 20 ao dia 22 empresários, executivos e lideranças se reunirão para discutir idéias e identificar tendências.

Isso deve ser levado também para a vida pública, srs. deputados, como já faz o nosso companheiro de partido Aécio Neves, em Minas Gerais, o qual obteve um grande sucesso. Muitos gestores públicos acorrem àquele estado justamente para saber como é que ele conseguiu operar aquele verdadeiro milagre de um déficit de mais de R\$ 2 bilhões em seu governo e ficar com as contas zeradas. Ele está instituindo no seu estado um novo modelo de gestão pública, moderna, e é sobre essas questões que vamos tratar em Joinville.

Achamos que a hora é essa, o momento é esse, e, da nossa parte, como cidadão joinvilense, como cidadão catarinense, queremos mesmo é que tenha pleno sucesso esse acontecimento.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Para concluir, quero dizer que Joinville tem sido exemplo para Santa Catarina e para o Brasil em alguns aspectos, mas neste momento vale destacar a comunidade e a classe empresarial corajosa, ousada, pragmática. E as nossas empresas têm-se constituído, srs. deputados, em empresas cidadãs que têm responsabilidade ecológica, econômica e têm, fundamentalmente, responsabilidade social.

Concluo dizendo que Joinville também alcançou a 13ª posição em Índice de Desenvolvimento Humano porque ela tem uma classe empresarial pragmática, comprometida com o social, uma classe política de excepcional nível e um terceiro setor atuante. Mas, mais do que isso, deputados Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, Joinville tem um povo ordeiro, trabalhador, organizado, que respeita as instituições e, sobretudo, um povo empreendedor, que transformou Joinville na Manchester Catarinense e no terceiro maior pólo industrial do sul do Brasil.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, eu quero registrar, com muita satisfação, a presença, nesta Casa, do vereador Luiz Alberto Faria, da cidade de Canoinhas. É um prazer recebê-lo na Assembléia Legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja muito bem-vindo a esta Casa, vereador Luiz Alberto Faria!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente e srs. deputados, assomo esta tribuna depois de uma semana ausente, pois estive participando de várias atividades em Brasília.

A primeira grande e boa notícia é que eu estive, representando a comissão de Educação desta Casa, que tem como presidente o deputado Darci de Matos, numa reunião com o ministro da Educação, com os presidentes das comissões de Educação das Assembléias Legislativas deste país e com a comissão de Educação nacional. E depois de todo aquele dia de discussão e debate, ficou garantido que a educação no país vai ser uma grande prioridade neste segundo governo Lula.

Foram destinados R\$ 8 bilhões a mais no PAC para a Educação e R\$ 4,3 bilhões a mais no Fundeb, para os próximos três anos: R\$ 3 bilhões, no mínimo, no segundo ano, e R\$ 4,3 bilhões, no mínimo, no terceiro ano. Ou seja, serão R\$ 12 bilhões a mais para a Educação no país, para permitir que o futuro seja garantido e a Educação seja uma prioridade. E ontem o Senado votou o Fundeb - Fundo Nacional de Educação Básica -, um sonho e uma luta de tantos anos dos educadores.

Também está em discussão o piso nacional dos professores, pois ele está diferenciado no país inteiro. E o relator Severiano Alves esteve nesta Casa Legislativa, na segunda-feira, trazendo o debate da Câmara dos Deputados no sentido de se construir um piso nacional. E nós defendemos que ele seja diferenciado, que seja, no mínimo, de R\$ 1.050,00 para o ensino médio e de R\$ 1.570,00, como a CNTE defende, para quem tem graduação.

Outra boa notícia da Educação diz respeito às mais de 54 mil bolsas do ProUni para o segundo semestre. Foram abertas, hoje, as inscrições das bolsas de estudos para os jovens do Brasil, que terão até o dia 9 de junho para se inscrever. Se os estudantes quiserem se beneficiar dessa bolsa de estudos, estão lá os critérios; basta acessar o ministério da Educação e se inscreverem. São mais 54 mil bolsas de estudos para o aluno poder ter direito ao ensino superior, direito a estudar e direito a uma profissão.

O ministro da Educação tem disposição e já há um pré-agendamento para vir a esta Casa no próximo dia 18 de junho para falar sobre o Plano Nacional de Educação, Fundeb, piso nacional, ProUni e expansão do ensino superior no Brasil e em Santa Catarina. Ele poderá falar sobre as Escolas Técnicas Federais, como as de Lages, deputado Elizeu Matos, de São Miguel d'Oeste e das outras cidades onde serão implantadas as Escolas Técnicas Federais. Ele também poderá falar sobre a expansão da Universidade Federal para novos *campi*, como o de Araranguá, que já está em obras; o da região de Joinville, que está em discussão; e Jaraguá do Sul está na construção dessa possibilidade; e o de Curitiba, que já foi anunciado pelo reitor na segunda-feira dessa semana que passou. Portanto, lá tivemos a grata alegria de receber a boa notícia do presidente Lula. Um operário que se profissionalizou, tecnologicamente, no Senac, anuncia que serão construídos mais três *campi* da Universidade Federal em Santa Catarina.

O debate sobre pólo, que eu acompanho em Curitiba há dois anos, começou lentamente; depois começou a se discutir sobre extensão; em seguida começou a se discutir se comportaria ou não, na Mesorregião Fronteira do Mercosul, uma universidade dessas ou um *campus* em Curitiba. A melhor opção foi a instituição de um *campus* de extensão da atual Universidade Federal. É uma enorme alegria que eu quero compartilhar com toda a comunidade de Curitiba e região que se envolveu nessa conquista, nessa construção de mais uma universidade.

Eu, que sou professor universitário há 21 anos e fui autor do art. 170 nesta Casa, sei o que significa para um pai e para uma mãe garantir o direito ao estudo, o direito à universidade. E o presidente Lula está mostrando para este país que a educação será uma prioridade, e por isso a expansão do ensino superior, a expansão do Fundeb da educação de zero aos 17 anos vai ser uma realidade neste país.

Lamentavelmente, fechou, esta semana, o *campus* da Udesc, em Pinhalzinho, deputado Edson Piriquito, e isso é preciso ser resolvido urgentemente pelo governo do estado. E eu vejo aqui os deputados da base aliada elogiando o governo Lula, mas além de elogiá-lo, temos que resolver os problemas do ensino superior em Santa Catarina, principalmente em Pinhalzinho, pois todas as salas de aula lá foram alagadas! E está interditada a Udesc de Pinhalzinho porque não tem condições de uso.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Sr. deputado Pedro Uczai, eu gostaria de parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento, como também o ministro da Educação, porque, ontem, eu escutei, em cadeia, uma entrevista dele a esse respeito. E queira Deus que tudo que ele falou seja concretizado, pois tudo depende da nossa educação e do nosso jovem. Mas tudo que pudermos fazer, nós faremos.

Meus parabéns!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado, deputada Ada De Luca.

Srs. deputados, eu tenho duas notícias também para dar. Em Brasília, na área da agricultura, participamos de uma audiência com o ministro da Agricultura, ocasião em que ele anunciou mais um programa de crédito, o Pronaf Biocombustível. E esse programa, deputado José Natal - esta Casa está discutindo quatro projetos de lei que eu apresentei, como também mostrei uma revista dos biocombustíveis aqui para v.exas. -, permitirá: primeiro, juros de 2% ao ano; segundo, carência de até oito anos; e, terceiro, pagamento de até 12 anos para a produção e para a industrialização dos biocombustíveis como uma alternativa da agricultura familiar. E a Petrobras é uma parceira que irá assinar, inclusive, o protocolo no dia 21 de junho, em Santa Catarina, com movimentos dos pequenos agricultores.

Em último lugar, eu não podia, aqui, como deputado estadual e presidente do PT, deixar de me solidarizar com todas as mobilizações que estão acontecendo no Brasil e em Santa Catarina, com todas as entidades sindicais e com os movimentos sociais e populares, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, que estão ocupando, hoje, o canteiro de obras de Foz de Chapecó para serem atendidos em suas reivindicações.

Nós apresentamos uma proposta para as entidades sindicais, fizemos um estudo do salário mínimo regional; o deputado Cláudio Vignatti fez um bom estudo sobre o PIB, a renda *per capita* e o salário mínimo no Brasil e nos estados; a senadora Ideli Salvatti também fez um estudo, através de um documento extraordinário, sobre a realidade do salário mínimo e a possibilidade e a viabilidade de implantar um novo salário mínimo em Santa Catarina.

Srs. deputados, eu fiz uma pesquisa sobre o valor do salário mínimo regional do Rio de Janeiro e está em torno de R\$ 486,00, sobre o salário mínimo regional no Rio Grande do Sul, que está em torno de R\$ 441,00, e no Paraná, que está em torno de R\$ 475,20. Nós estamos propondo, então, junto com as entidades sindicais e com a sociedade civil organizada, um salário mínimo regional para Santa Catarina de R\$ 480,00. Se há PIB, se há renda *per capita*, então, com certeza, poderemos dar uma contribuição para os trabalhadores deste estado, mostrando, sim, que Santa Catarina não só produz riqueza, como também distribui parte dela para aqueles que produzem, que são os nossos trabalhadores.

Por isso esse debate vai ser colocado, nesta Casa, no sentido de que possamos fazer deste um estado com a melhor distribuição de renda. E o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, vai lutar não só para ampliar, no Brasil, mais empregos e a distribuição de renda - e este mês batemos recorde de geração de emprego com carteira assinada no...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

É com grande satisfação que esta Presidência registra a presença, nesta Casa, da professora Adriana Sandrini e também dos alunos do curso de Direito da nossa Univali, do município de Itajaí.

Sejam muito bem-vindos à Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, só gostaria também de registrar a presença, nesta Casa, do ex-vereador Clóvis, da praia da Enseada, em São Francisco do Sul, que está aqui juntamente com alguns pares da prefeitura daquele município.

Seja bem-vindo, vereador Clóvis!

Muito obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, vereador Clóvis, pela presença no Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, eu quero anunciar, e agradecer, a presença do vereador Vendelin Bósio, de Brusque, e da sua comitiva, que estão nas galerias desta Casa.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja muito bem-vindo, vereador Vendelin Bósio, da cidade de Brusque.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos prestigia aqui presente, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Digital e colegas de imprensa, é muito bom poder voltar aqui.

Quero fazer uma referência aos nossos jovens empresários da Acij Jovem de daqui a pouco vão apresentar a ExpoGestão. E só para referendar aqui que a Acij Jovem, srs. deputados, foi que começou uma coisa que no Brasil também tomou corpo, que é a Feira do Imposto.

A Feira do Imposto tem a função de colocar em cada produto quanto pagamos de imposto, deputado Nilson Gonçalves, que é um absurdo, não é?! E a Acij Jovem começou, lá em Joinville, esse trabalho que se estendeu para todo o Brasil. Parabéns a Acij Jovem, que faz esse trabalho tão importante.

Quero também deixar registrado aqui nesta Casa, sra. presidente, que recebi do presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Criciúma, o vereador Ivan Roberto Westphal, uma Moção aprovada pela grande maioria dos votos no dia 8 de maio naquela Câmara, a de n. 0002/2007, deputado Décio Góes, que diz assim: (Passa a ler.)

[...]

"A Câmara Municipal de Criciúma, por intermédio de seus Vereadores, vem de público manifestar seu mais veemente repúdio ao Governador do Estado de Santa Catarina, que através de seu secretário de educação Paulo Bauer, ameaça não repassar as contribuições do mês de maio para o Sindicato dos Professores da Rede Estadual de Ensino de Estado de Santa Catarina.

Esta atitude vem caracterizar represália as sempre legítimas posições do SINTE, maior sindicato de Santa Catarina, que ao longo de uma história de lutas vem representando com dignidade a categoria dos professores estaduais. Em se concretizando tal situação isto acarretaria em um enorme prejuízo não só ao sindicato como a toda a categoria dos sofridos professores.

A Câmara Municipal de Criciúma espera que o Sr. Governador do Estado reveja esta atitude antidemocrática e autoritária e venha propor políticas sérias ao setor da educação, pois é o que se espera de um administrador público que sempre apregoou em seus discursos a liberdade de organização dos trabalhadores e a valorização da educação.'

Em anexo cópia do ofício encaminhado pelo Secretário de Educação Paulo Bauer ao SINTE." [sic]

Faço o registro, sra. deputada e srs. deputados, que a Câmara de Vereadores de Criciúma está repudiando a atitude do governador, porque o seu secretário da Educação não está querendo repassar o dinheiro para o Sint.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concedo-lhe o aparte, deputado Décio Góes, uma vez que v.exa. deve conhecer muito bem a situação de Criciúma, porque é de lá.

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero parabenizar v.exa. por apresentar esta questão que torna público esse tratamento da secretaria da Educação, por autorização do governo - é lógico que não seria uma atitude isolada -, de reter a contribuição sindical, o que é um absurdo à luz de tudo que se conhece de avanço democrático nesta sociedade. E um governo toma essa atitude.

Mas hoje está sendo paga em função de uma liminar. Ainda não foi discutido o mérito da questão, mas sabemos que o mérito vai ser positivo para o sindicato porque é um direito conquistado da Organização Sindical Brasileira.

Então, parabéns pelo seu depoimento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Há outro assunto que eu gostaria de trazer nesta tarde. Estava ouvindo o deputado Darci de Matos falar na tribuna sobre um pronunciamento que fiz na sessão anterior, com relação à universidade em Joinville.

Deputado Darci de Matos, concordo com v.exa., quando diz que Joinville merece muito mais. E não é só com relação à questão da universidade, que é um pólo gerador de conhecimento, tecnologia, e todos nós sabemos a importância que é um pólo, uma faculdade no município. Concordo com v.exa. em todas as coisas que disse com relação à necessidade de Joinville ter um troco maior do que devolve e paga aos Cofres Públicos, mas não concordo com v.exa. quando o prefeito não quis dar R\$ 80 mil para reformar um lugar onde estaria sendo o início da universidade em Joinville.

Nenhum bebê nasce pronto, deputado! Há a fecundação: há o embrião; há o tempo de gravidez; há o momento de parir, de ter a criança, de dar à luz; há o momento de criar a criança até chegar à idade adulta.

Eu entendo que o curso presencial que a Universidade Federal de Santa Catarina queria fazer em Joinville, que não o fez por culpa do prefeito, seria o início de toda uma colocação da universidade em Joinville.

Agora, deputada Ada De Luca, se eu sou da Universidade Federal e v.exa. é o prefeito, e eu digo: "Vamos começar a universidade aqui. A senhora só dá R\$ 80 mil para nós começarmos o curso aqui, e depois nós vamos começar. Mas a senhora diz: 'Eu não vou dar porque não quero aqui tele-aula'. O que eu, da reitoria da universidade, vou dizer, quando eu quero aplicar um pólo lá?!

Daí eu vou para Jaraguá do Sul e lá se unem empresários, políticos, prefeitura, entidades e dizem para o reitor: "Já há até um prédio pronto. É só vocês começarem!" O que vai acontecer? Joinville vai ficar chorando de novo?!

Reitero o pedido que eu fiz aqui, ontem, ao governo do PT: presidente Lula, ministro da Educação, senadora Ideli Salvatti e deputado Carlito Merss, que são os nossos representantes da região, por favor, lembrem-se que a gestão atual tem dia, pelo Tribunal Eleitoral, para acabar a sua gestão e a universidade é o que vai ficar para toda a comunidade. Então, eu peço para que o governo do PT não se importe com as críticas que o governo atual vem fazendo tão duramente ao partido e lembre-se que a universidade de Joinville é uma necessidade, pela importância da cidade, e não dos gestores que tem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de registrar a presença do Beto Farias, vereador de Canoinhas e ex-presidente da Câmara, que muito nos honra com a sua presença.

Muito obrigado por visitar esta Casa e sintase à vontade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável à seguinte matéria:

Ofício n. 0001/2007, de autoria de entidade social, que encaminha o relatório de atividades da Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Ribeirão Vitória, de Braço do Trombudo, referente ao exercício de 2006.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0080/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que inclui no calendário oficial do estado de Santa Catarina a Semana do Aleitamento Materno.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0087/2007, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do Controle Interno do Estado de Santa Catarina - Ascisc -, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0088/2007, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiro Comunitário de Palma Sola.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0144/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Rancho Queimado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0333/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0334/2007, de autoria do deputado Décio Góes; 0335/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0336/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0337/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0338/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus; 0339/2007, de autoria do deputado Darci de Matos...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, sr. presidente.

Com relação à Indicação n. 0339/2007, do deputado Darci de Matos, gostaria de dizer que na semana passada eu havia feito uma indicação exatamente igual a esta, e como se trata de uma mesma solicitação, eu gostaria de pedir ao deputado Darci de Matos que permitisse que eu também assinasse esta indicação, uma vez que nós já o fizemos na semana passada.

(O deputado Darci de Matos aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O deputado Darci de Matos aquiesce e v.exa. também é subscritor da referida indicação.

Comunicamos que serão também encaminhadas as Indicações n.s: 0340/2007, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0341/2007, de autoria do deputado Reno Caramori; 0342/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar...

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar, para defender a sua indicação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de fazer uma homenagem ao ex-vereador Clóvis, que se encontra presente, juntamente com o Valim, que é da praia da Enseada, a qual o deputado Nilson Gonçalves fez referência.

Parabéns pela presença em nossa Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminharemos, ainda, as Indicações n.s: 0343/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0344, 0345, 0346, 0347, 0348 e 0349/2007, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao empresário Francisco Zomer, cumprimentando-o pela outorga da Ordem de Mérito Industrial de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos srs. juizes de direito Elton Vitor Zuquelo e Marcelo Pizolati, e aos srs. promotores de Justiça Marcelo Gomes Silva, Jonathan Augustus Kuhnen e à promotora Ângela Valença Bordini Silveira, cumprimentando-os pelo apoio na instalação da extensão da UFSC, em Curitiba.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Jornal *Diário do Sul*, cumprimentando-o pela publicação de caderno especial sobre os 50 anos de atividade do jornalista Álvaro Lopes Vieira.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao jornalista Álvaro Lopes Vieira, cumprimentando-o pelos 50 anos de atividade na imprensa sul catarinense, bem como pela homenagem recebida pelo *Diário do sul* na edição de 21 de maio.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sra. deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora da Associação Empresarial de Itajaí, cumprimentando-a pela passagem dos 78 anos de fundação e pela organização da 18ª edição do troféu Empresário do Ano.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sra. deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Instituto Blumenauense de Ensino Superior, cumprimentando-o pela realização da 6ª Jornada de Estudos Integrados.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fiesc, cumprimentando os srs. empresários Frank Bollmann e Nivaldo Nass pela outorga da Ordem de Mérito Industrial de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorginho Mello, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de: Anitápolis, Guaraciaba, Itá, Itajaí, José Boiteux, Peritiba, Rio Negrinho, Santa Terezinha, São Bento do Sul, Sul Brasil e Xavantina, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorginho Mello, que solicita a votação do parecer contrário da comissão de Justiça, em plenário, do PL n. 120/2007, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Engenheiros de Aquicultura - Abequi -, com sede no município de Florianópolis.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. José Carlos Fernandes, cumprimentando-o pela posse na Presidência da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção da Amurel.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de votos de pesar aos familiares do sr. José Righes, presidente do Diretório Municipal do PMDB e ex-vice-prefeito de Curitiba, pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, ao secretário da Educação e ao reitor da Udesc, solicitando a implantação de uma unidade do *campus* daquela universidade, em Caçador.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Edson Piriquito, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando a permanência da agência dos Correios no município de Navegantes.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à empresa Brasil Telecom, solicitando a implantação de rede de telefonia fixa em bairros do município de Blumenau.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do sr. deputado Rogério Mendonça, a ser enviada à Afubra e ao Sindicato das Indústrias Fumageiras, solicitando medidas no sentido de se obter acordo entre produtores e empresas para que os agricultores de fumo não sejam penalizados em relação ao novo sistema de classificação do produto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu gostaria de subscrever esta moção do deputado Rogério Mendonça.

Infelizmente, todos os nossos produtores rurais, hoje, estão sendo penalizados, de alguma forma, pela queda do dólar, até porque existe a interferência na hora da venda do seu produto. E o fumo, de forma especial grande parte da produção nacional - e Santa Catarina produz muito -, é exportado e toda a baixa de dólar praticamente recai exclusivamente sobre o produtor. O produtor pode caprichar como quiser no fumo, mas na hora de vender, o comprador da empresa fumageira paga o preço que julgar vantajoso para quem paga para ele, e acaba prejudicando, então, os nossos agricultores.

Por isso eu quero subscrever esta moção do deputado Rogério Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Antes de v.exa. colocar esta moção em votação, eu só quero incluir na Indicação n. 0334/2007 os deputados Manoel Mota, Joares Ponticelli, Valmir Comin e a deputada Ada De Luca, já que a matéria já se encontra na mesa com a assinatura dos parlamentares.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A assessoria informa que ela já foi subscrita pelos srs. deputados.

Continua em discussão a moção.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a moção.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Julio Garcia, a ser enviada ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, solicitando a implantação da extensão da UFSC, no município de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com a aquiescência do deputado Kennedy Nunes.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao deputado federal Clodovil Fernandes do PTC de São Paulo, manifestando repúdio pelas declarações preconceituosas contra as mulheres.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero parabenizar a deputada Ana Paula Lima que faz essa manifestação nesta Casa. Acho que a nossa política vai mal devido a alguns fatores: por alguns corruptos e também por alguns que não têm a chamada para ser um agente público ou político, o que não é nada fácil. O deputado Herneus de Nadal, que está no seu sexto mandato, sabe muito bem disso.

O Clodovil é um grande costureiro, deputado João Henrique Blasi, e um profissional de televisão, que eu também o sou, mas eu entendo que a atitude do deputado Clodovil no Congresso Nacional em relação às mulheres só tem uma razão: homem que é homem não diz o que ele disse. Mas consigo entender por que ele disse, pois quem tem calças e honra as calças de homem, sabe que isso é uma agressão para a mulher.

Então, quero parabenizar a deputada Ana Paula Lima. E, com a sua aquiescência, eu gostaria de firmar esta moção repudiando esse tipo de atitude não só como homem, mas como alguém que respeita a mulher, que respeita a mulher na política que ainda sofre preconceitos por entrar neste mundo que até então era o clube do bolinha. Há sempre uma dificuldade muito grande e a mulher, com toda a sua garra, consegue fazer muito mais do que nós, homens, que é fazer política, ser mãe, ser dona de casa e fazer uma série de outras coisas que nós, homens, somos, muitas vezes, incompetentes para fazer.

Então, com a permissão da sra. deputada Ana Paula Lima, eu gostaria de co-assinar esta moção de repúdio à atitude, infelizmente, desse parlamentar que não tem nada de parlamentar e que está lá porque o povo votou. Este é o problema! Mas estou torcendo, como muitas mulheres torcem, para que logo, logo cassem o direito dele e que o Parlamento comece a ser limpo a partir dali.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós gostaríamos de parabenizar a sra. deputada Ana Paula Lima e de manifestar a nossa solidariedade à sua moção.

Gostaríamos, sr. presidente, de pedir para subscrever as Indicações n.s 0347, 0348 e 0349, de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch, uma vez que elas são referentes à nossa região.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Gostaria de parabenizar a deputada Ana Paula Lima e de pedir para subscrever esta moção.

Quero dizer que o deputado Clodovil Hernandez está na profissão errada. Ele é um exímio costureiro, conhecido nacional e internacionalmente, mas já deu para a bola dele. É pena que estejam aí a falta da cultura, a falta do conhecimento político e a falta de afinidades ideológicas, e o povo brasileiro tenha dado tantos milhões e milhões de votos a um ser humano que nasceu para as agulhas e para as tesouras, e que agora está lá na Câmara Federal. Mas povo há de reconhecer isso também!

Parabéns, deputada Ana Paula Lima!
Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu quero parabenizar a nobre deputada pela moção e reiterar tudo aquilo que foi dito pelo nobre deputado Kennedy Nunes.

Mas também gostaria de dizer que as mulheres ainda estão na política numa minoria muito grande por força de lei, porque senão não estariam. Seriam toda vida banidas e colocadas em outro plano. Seriam, no passado, as formiguinhas para carregar votos para eleger os homens, se não fosse uma lei.

Então, parabeno a deputada e deixo aqui o meu repúdio àquele cidadão que, lamentavelmente, é um representante do povo brasileiro no Senado Federal. Eu já comentei em casa com a minha esposa e também com os meus amigos, quando falo em Clodovil, quando falo em Frank Aguiar e quando levanto essa questão da política brasileira, que por estarmos num descrédito muito grande perante a população, é que essas pessoas têm acesso à vida pública, talvez numa esperança de melhorar e, lamentavelmente, decepcionam, como tantos outros nos quais nós confiamos. E estamos vendo agora um novo escândalo neste país na corrupção de obras públicas e tantas outras coisas.

Então, congratulo-me com a nobre deputada!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, eu quero pedir permissão à deputada Ana Paula Lima para subscrever a matéria, porque eu acredito que as pessoas têm que valer pelo que elas são e não pelo que elas parecem, como muitas vezes é valorizado o nosso país.

Peço licença à deputada para subscrever a moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Subscrevem a moção os deputados Kennedy Nunes, Antônio Aguiar, José Natal, Dirceu Dresch e a deputada Ada De Luca, evidentemente com a aquiescência da autora, deputada Ana Paula Lima.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Silvio Dreveck, a ser encaminhada ao diretor-geral do DNIT, solicitando melhorias na sinalização na BR-280, no trecho entre os municípios de São Bento do Sul e Corupá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre o piso salarial do professor de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental e do professor de 2º grau com 40 horas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos e demais srs. líderes, solicitando a suspensão da sessão por até dez minutos para a apresentação da ExpoGestão, uma exposição que acontecerá em Joinville de 19 a 21 do corrente.

Como houve a concordância de todos os srs. líderes, a presidência suspende a sessão por dez minutos e cede espaço, conforme requerido, para os organizadores da ExpoGestão.

Está suspensa a presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão. Passaremos à Explicação Pessoal, conforme art. 106 do nosso Regimento.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dirceu Dresch, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham nesta Assembléia através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o assunto que quero abordar na tarde de hoje, deputado Décio Góes, ainda diz respeito à conquista alcançada por Santa Catarina no dia de ontem, notícia que nos chegou ontem, da certificação do estado catarinense de área livre de febre aftosa sem vacinação; notícia, deputado Dirceu Dresch, que todos aguardávamos com ansiedade, uma conquista que vi alguns aqui ontem remetê-la apersonalidades "a", "b" e "c", ou responsabilizar algumas autoridades pelo feito, promovendo uma grande injustiça, deputado Décio Góes.

Penso que os verdadeiros atores dessa conquista, deputada Ana Paula Lima, não foram lembrados, e quero iniciar a minha homenagem aos verdadeiros patronos, aos verdadeiros atores desta conquista pelos funcionários da nossa Cidasc. Foi uma luta, um trabalho, uma dedicação, um sacerdócio, até, desempenhado por cada funcionário da Cidasc ao longo de mais de duas décadas, e que culminou com essa conquista.

E alguns, deputado Dirceu Dresch, que agora aceleram uma viagem para ir receber a certificação e pousar na foto, pretenderam, num tempo não muito distante, a extinção da Cidasc. Não podemos esquecer, deputado Décio Góes e deputada Ana Paula Lima, e v.exa. aqui estava quando a primeira reforma administrativa, de tantas que o governador Luiz Henrique da Silveira já encaminhou para esta Casa, aqui chegou em 2003. Aliás, v.exa. ainda não estava porque foi ela feita em uma convocação extraordinária, e v.exa. assumiu o mandato no dia 1º de fevereiro de 2003. Quem votou aquela primeira reforma administrativa foi ainda a legislatura anterior a que v.exa. passou a integrar, a legislatura que se extinguiu exatamente no dia 31 de janeiro de 2003.

E aquela reforma administrativa, deputado Décio Góes, na primeira versão, propunha exatamente a extinção da Cidasc. Sua Excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira, mandou mensagem para esta Casa, deputado José Natal, propondo a extinção da Cidasc, num primeiro momento gerando a possibilidade de privatização e, depois, falando em Oscip. Mas o que o governador pretendia, na realidade, era extinguir a Cidasc, e está aqui a mensagem de 2003.

Que bom que esta Casa, deputada Ana Paula Lima, reagiu e não permitiu a extinção da Cidasc. Já pesou, deputado Dirceu Dresch, a Cidasc, responsável pela vigilância sanitária, nas mãos de uma empresa privada ou mesmo de uma Oscip. É claro que isso não faria bem para o nosso estado, para a classe produtiva. Ela tinha, e tem, que continuar como está, pública! Mas o atual governador de Santa Catarina, no primeiro projeto que encaminhou para cá, pretendia a extinção da Cidasc.

Por isso, a minha homenagem aos bravos funcionários da Cidasc, anônimos, grandes atores dessa conquista. Quero homenagear os produtores que enfrentaram todas as dificuldades nesse período. E conheço de perto a realidade do vale do Braço do Norte, que é uma grande região produtora de suínos, e sei das dificuldades que muitas famílias daquela região enfrentaram ao longo desse período, deputado Décio Góes. Não trocando seis por meia dúzia, como se diz às vezes, mas trocando seis por quatro, por três, descapitalizando, perdendo dinheiro, mas permanecendo com coragem na missão. Portanto, a todos os produtores anônimos dessa conquista, a minha homenagem.

Aos policiais da brava Polícia Militar catarinense, do Exército brasileiro, que naqueles momentos de crise, naqueles momentos de conflito entre o nosso estado, o estado gaúcho e o Paraná, estavam nas divisas, nas fronteiras, como na do Brasil com a Argentina, impedindo que pudesse ser plantado um boi babando aqui no nosso estado, para mostrar um foco irreal de aftosa, deputado Cesar Souza Júnior. Corremos o risco de ser plantado um boi babando para nos tirar daquela condição e fazer com que a vacinação fosse feita novamente, o que não nos permitiria hoje alcançar a conquista da certificação de área livre sem vacinação.

A toda essa gente anônima, aos funcionários das barreiras do extremo oeste de v.exa. deputado Dirceu Dresch, terra fria no inverno, com noites de geada e chuvas, onde os funcionários lá estavam nas barreiras, cuidando, varando noite, como se diz na minha região, para impedir que entrasse alguma carga contaminada que pudesse retirar Santa Catarina daquele caminho sem volta, que ontem conquistamos, da certificação de área livre sem vacinação, o que nos dá, deputada Ana Paula Lima, uma esperança de fazer com que Santa Catarina volte a exportar com toda força, gerando mais uma vez emprego e renda para a nossa gente. A esperança se resgatou no dia de ontem.

É claro que os governos também têm méritos nisso. Evidentemente que têm. Desde o saudoso Wilson Kleinübing, Paulo Afonso Vieira, Esperidião Amin, Luiz Henrique da Silveira, todos têm uma pequena parcela de méritos, não aquela valorização toda que foi dada ontem, não. Eu prefiro valorizar aqueles que efetivamente deram o seu suor, seu sangue, a sua garra, a sua disposição, a sua luta incondicional para que Santa Catarina conquistasse esse momento tão importante.

Por isso, aos anônimos e verdadeiros atores dessa conquista, a nossa homenagem e o resgate da justiça, porque estes, várias vezes foram injustiçados.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Com muita alegria, ouço o deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Joares Ponticelli, considero importante o seu depoimento, porque resgata verdadeiros atores e heróis dessa conquista de Santa Catarina. E gostaria de dizer que o estado não registra nenhum foco de aftosa há 14 anos. Desde maio de 2000 o nosso estado é reconhecido como área livre de aftosa sem vacinação pelo ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Quero dizer que o governo federal tem feito vários esforços no sentido de comprar turbinas, trigo e carvão da Rússia, já que a balança comercial é desfavorável para este país, na proporção de cinco por um. Então, tem feito esse esforço para estimular o retorno da compra e para poder beneficiar a nossa pecuária em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Srs. deputados, espero que agora, com essa certificação que era o que faltava, o nosso governador possa empreender missões responsáveis. O governador que não vá fazer viagem em feriado religioso novamente para a Rússia, como foi feito no ano passado.

É importante que missões sejam empreendidas com uma agenda, com uma pauta, que possa permitir a retomada de mercados perdidos e ampliação à conquista de novos mercados. Afinal de contas, somos um estado de excelência em produção, em qualidade e é preciso que se empreenda uma agenda positiva, responsável e programada. Que o governo possa efetivamente recuperar e abrir novas portas, novas oportunidades de emprego e de renda para o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda em Explicações Pessoais, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Herneus de Nadal.

(Pausa)

Na ausência deste deputado, o próximo deputado inscrito é o deputado Sílvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - (Passa a ler.)

"Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, em comemoração ao Dia da Indústria, que ocorre depois de amanhã, dia 25, o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc - programou um encontro com os parlamentares catarinenses às 8h e, na sequência, às 10h, homenageará alguns empresários catarinenses, outorgando-lhes a Ordem do Mérito Industrial de Santa Catarina.

Dentre os homenageados, gostaria de ressaltar a figura do são-bentense Frank Bollmann, diretor da empresa Tuper S/A, organização que atua no setor metalúrgico, produzindo tubos e perfilados de aço, escapamentos para veículos e telhas de aço.

Nascido em 1949, Frank Bollmann retrata muito bem a família de que se originou, destacando-se o empreendedorismo, o gosto pela cultura, especialmente a musical, e a dedicação às causas sociais e comunitárias, sem esquecer uma acentuada vocação política. Seu pai, Ornith Bollmann, já falecido, foi empresário, músico e prefeito de São Bento do Sul nos idos de 1970.

Frank, formado em Engenharia Mecânica pela Udesc/Joinville, juntamente com seu pai, seus cunhados Leonardo e Odenir e o amigo Roberto deram início ao que hoje se denomina Tuper S/A, fundando em 1972 a Metalúrgica Sicap Ltda., fabricando escapamentos para automóveis.

Em 1981 foi criada uma outra empresa, produtora de tubos e perfilados, utilizando tecnologia de conformação de tubos de aço carbono com costura, sem adição de material na fusão. Em 1989 foi criada uma outra empresa, a Profil, especializada na confecção de telhas de aço, sectionadas ou contínuas. Por algum tempo o grupo manteve uma fábrica de móveis, voltada quase que exclusivamente para a exportação, mas que foi vendida, uma vez que o grupo resolveu concentrar suas atividades apenas no setor metalúrgico.

Em 2006, já consolidada como uma única empresa e com diversos segmentos (telhas, tubos, perfilados e escapamentos), a Tuper consolidou uma *joint venture* com um dos maiores fabricantes de sistemas de exaustão do mundo, o grupo empresarial germânico Eberspächer, de onde se originou uma unidade de fabricação de catalisadores e de escapamentos para veículos, dotada da mais alta tecnologia, o que a fez conquistar a certificação ISO TS 16949, considerada a norma mais rígida do mundo, que reúne todas as normas das indústrias automotivas do planeta.

Além desse perfil técnico e empreendedor, nosso homenageado Frank Bollmann tem outras facetas importantes a mostrar. Político atuante e capaz, foi prefeito em São Bento do Sul de 1993 a 1996, imprimindo um ritmo moderno à administração do município. Marcam sua gestão as seguintes realizações: criação da Promosul (centro de exposições e eventos), um dos maiores do sul do Brasil; primeiros asfaltamentos no centro e bairros; criação de condomínio empresarial; instalação da Escola Técnica Tupy e Udesc; início das obras da rede coletora de esgotos; realização de Jogos Abertos; criação do Projeto Consórcio Quiriri; humanização do centro da cidade através da criação de espaços como calçadão e áreas de lazer.

Assim como outros membros da sua família, herdou de seu pai o gosto pela música, tendo sido músico por vários anos em diversos grupos da cidade. Como empresário, apoia decididamente iniciativas culturais, sendo hoje o grande responsável pela manutenção da Orquestra de Câmara de São Bento do Sul.

As atividades esportivas sempre tiveram o apoio de Frank. O time de futsal patrocinado pela Tuper e outra empresa, a Planor foi tricampeão estadual (96, 97 e 98), tetra dos Jogos Abertos (96, 97, 98 e 99) e segundo colocado no brasileiro representando Santa Catarina em 1997.

Preocupado com a ecologia e o meio ambiente, desenvolve um projeto de construção de uma usina hidroelétrica em área de sua propriedade, para gerar 2,40 megawatts. Atualmente o Grupo Tuper emprega 745 colaboradores e estima um faturamento de R\$ 480 milhões para 2007, consumindo mais de 135 mil toneladas de aço por ano.

Este é um rápido perfil do empresário Frank Bollmann, que no próximo dia 25 receberá a Ordem do Mérito Industrial, honraria que a Fiesc concede ao ilustre são-bentense e a outros quatro empresários catarinenses.

Em meu nome, em nome de todos os são-bentenses e, acredito, em nome de todos os catarinenses, os cumprimentos ao homenageado e, principalmente, a gratidão pelo muito que tem feito em prol de São Bento do Sul, de Santa Catarina e do Brasil."

Devo dizer ainda que tive o privilégio de trabalhar com o empresário, o então prefeito na época, Frank Bollmann, como secretário da Saúde. Um homem honesto, empreendedor, usado e que permite aos seus colaboradores iniciativa e autonomia. É um homem que cobra resultados de seus colaboradores e que tem dado muito orgulho, não só para São Bento do Sul, mas para Santa Catarina.

Temos o privilégio de realizar mais uma feira, a Móvel Brasil, que acontecerá nos dias 17 a 20 de outubro, no pavilhão da Promosul, que é um dos maiores pavilhões do sul do Brasil em vão livre. E no dia de ontem, deputado Antônio Aguiar, eu tive a oportunidade de representar a Assembléia Legislativa no lançamento da Móvel Brasil, esta feira tão importante para o segmento moveleiro da nossa cidade.

Deputado Serafim Venzon, na sexta-feira, juntamente com Frank Bollmann, mais quatro empresários serão homenageados, que é o caso de Ricardo Guedes Lowndes, da Haco Etiquetas, de Blumenau; Isaac da Costa, Pesqueira Pioneira da Costa, de Itajaí; Francisco Zomer, da Plasom-Indústria de Plástico de Orleans; Frank Bollmann, São Bento do Sul e Nivaldo Nass, da Cajadina Têxtil, de Joinville.

Então, a todos os nossos cumprimentos e parabéns.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Sílvio Dreveck, gostaria de cumprimentar v.exa. por destacar esta iniciativa da Fiesc de homenagear muitos empresários de Santa Catarina que são os cabeças do nosso desenvolvimento econômico e social.

E v.exa., que foi prefeito durante tanto tempo de São Bento do Sul, bem conhece Frank Bollmann, as suas iniciativas, o seu sentimento empreendedor, e também sabe que ele é um expoente, uma referência, mas que existem muitos outros empresários da sua cidade, em Santa Catarina, em São Bento e outras cidades, que também poderiam merecer tamanha homenagem, que têm a capacidade de empreender e que têm a capacidade de retomar os negócios diante das dificuldades que muitas vezes acometem as empresas.

Por isso, quero cumprimentar v.exa. por levantar esse assunto e por prestar esta homenagem a Frank Bollmann que, certamente, no seu pensamento e também no nosso, representa muitos que também merecem a sua homenagem aqui.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Apenas para concluir, acredito que muitos empresários poderiam ser homenageados. Mas, como numa seleção, só alguns foram convocados. Para isso a Fiesc adotou alguns critérios, que acredito tenham sido os mais adequados.

Portanto, méritos ao nosso empresário Frank Bollmann, aos demais empresários que serão homenageados, e estaremos lá, na sexta-feira, dando a nossa contribuição, a nossa participação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrição para falar o sr. deputado Décio Góes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, nossos visitantes.

(Passa a ler.)

"Independentemente da vontade individual, é papel do Parlamento fiscalizar as ações do Executivo e cabe a nós, parlamentares de Oposição, o duplo dever de fiscalizar ainda mais. Conforme determina a Constituição do Estado e o Regimento Interno deste Poder, em seu art. 196:

'Qualquer Deputado poderá encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido de informação sobre atos ou fatos atribuídos aos demais Poderes, cuja fiscalização interesse ao Poder Legislativo, no exercício de suas atribuições constitucionais, ou sobre matéria em tramitação na Casa.'

Embasado nessas determinações e consciente da importância dos projetos que tramitam na comissão, - especialmente na comissão de Finanças que, estranhamente não teve reunião hoje - especificamente a análise da LDO e do PPA, tomamos a iniciativa de apresentar um pedido de informação referente à renúncia fiscal em nosso estado.

Está em tramitação, neste Parlamento, e isso foi atribuído à comissão de Finanças e Tributação desta Casa, a discussão sobre a análise da LDO e do PPA para os próximos quatro anos. Isso legítima o meu pedido. Também aprovamos o convite formulado ao secretário de estado da Fazenda, Sérgio Rodrigues Alves, para que compareça a esta comissão e apresente informações antes que sejam iniciadas as reuniões do Orçamento Regionalizado, que já foram marcadas para o próximo mês de junho.

Srs. deputados, o volume de renúncia fiscal apresentado na LDO/2008, de R\$ 2,3 bilhões, que representa 26,07% da receita total prevista na LDO, tem, sim, que ser justificado e analisado pela comissão de Finanças e por este Parlamento. O volume é muito grande. Temos a obrigação de questionar ao governador quais são os setores e indústrias que estão sendo beneficiadas e, se for o caso, fazer a revisão de alguns benefícios concedidos. O fortificante foi aplicado, a saúde já foi restabelecida, agora, precisamos saber se o paciente ainda necessita ser medicado.

De sã consciência, eu e o meu partido somos favoráveis à concessão de benefícios fiscais a produtos da cesta básica de alimentos, que deveriam merecer a isenção total, da cesta básica da construção civil e dos incentivos da maçã, por exemplo. Eu já fui prefeito e sei das dificuldades por que passam alguns setores.

A posição histórica do Partido dos Trabalhadores é contrária à renúncia fiscal que não tenha embasamento, alcance social, que não seja em prol da manutenção de empregos, da viabilidade das empresas em momentos de dificuldades. Cito como exemplo a questão da indústria moveleira exportadora em nosso estado, que está passando por dificuldades em função da valorização do real.

Somente uma ampla reforma tributária poderá por fim à guerra fiscal existente entre os estados. Diante dessa 'guerra', quero observar que a renúncia de receita prevista na LDO/2006 foi de R\$ 1 bilhão. De lá para cá, em termos percentuais, isso significou que a renúncia ofertada pelo estado de Santa Catarina cresceu aproximadamente 130%. Esse exorbitante crescimento não é compatível com o crescimento da receita orçamentária. Enquanto que nesses três últimos anos a renúncia de receita cresceu em torno de 130%, a receita orçamentária tem sofrido queda.

Prova disso é que a receita prevista em 2005, segundo a secretaria de estado da Fazenda do estado de Santa Catarina, era de R\$ 9,2 bilhões. E hoje, na LDO/2008, a receita prevista é de R\$ 8,6 bilhões."

Enquanto temos um aumento na concessão de renúncia fiscal no estado de Santa Catarina, a receita prevista diminui. Então, cada vez mais a renúncia significa uma percentual a mais da arrecadação.

Portanto, é preciso ter critérios claros, transparentes, públicos, porque esses setores merecem. Inclusive, nós queremos saber que critérios são esses. Quanto aos setores ambientais, por exemplo, por que não isentar reciclados e embalagens, que já pagaram "n" impostos quando foram impressos, quando foram embalados, quando foram vendidos, quando foram comercializados? E quando alguém for pegar essa embalagem que está no lixo para reciclar ainda terá de pagar novamente imposto, para que possa voltar para a sociedade em várias formas de benefício, protegendo, assim, o meio ambiente de todos esses resíduos.

Então é preciso que esses critérios de renúncia fiscal estejam bem claros, para que resultem em benefícios sociais, em benefícios ambientais, em benefícios do emprego, da renda, da melhoria das condições de vida do povo catarinense.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Décio Góes, eu queria cumprimentar v.exa. por estar levantando este assunto tão importante e que a nossa sociedade precisa saber e participar.

Hoje, os governadores e os prefeitos acabam buscando artimanhas, espertezas, formas e meios para conseguir vencer, sobreviver a um sistema que prejudica todos. Porque cada estado poderia legislar sobre a sua cota de ICMS. Por exemplo, o Paraná tem um índice de 12%; Santa Catarina tem um índice de 19%; o Rio Grande do Sul tem um outro índice; São Paulo tem um índice diferente, como também o Ceará.

Então, para muitos produtores de Santa Catarina é vantajoso, muitas vezes, comprar produtos do Ceará do que comprar produtos de Santa Catarina. E para o governador fugir dessa invasão, dessa guerra fiscal que v.exa. coloca, a alternativa é justamente a reforma tributária, que já existe até escrita, basta nós conseguirmos chegar a um consenso e conseguirmos votar. Isso é possível! Nós temos que dizer isso para a nossa gente. E no momento em que tivermos isso, não precisarão mais os governadores, sejam lá de que partido forem, ou os prefeitos, ficarem inventando um jeito para atraírem alguns empresários para cá ou para lá ou dar alguns incentivos que vão prejudicar certamente o outro e vice-versa.

Por isso eu quero cumprimentar v.exa. por abordar este assunto e convocar todos os parlamentares estaduais e federais, todos os vereadores, a sociedade como um todo, para pressionarem o governo federal, criando, assim, uma aura política, no sentido de que seja votada essa tão esperada reforma tributária.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - obrigado, deputado!

Finalizo o meu pronunciamento fazendo um apelo aos deputados federais de Santa Catarina, em especial, e aos senadores, para que agilizem no sentido de votar a reforma tributária. Essa questão da renúncia fiscal denuncia a necessidade da reforma tributária em nosso Brasil.

Não é possível conviver com 27 legislações diferentes, criando as mais diversas artimanhas para atrair incentivos em cada estado, fazendo com que o município seja o grande prejudicado nessa história. Porque desses R\$ 2,3 bilhões que Santa Catarina vai renunciar no ano que vem, 25% deixarão de ser redistribuídos aos municípios, que é onde a gente mora, é onde a gente vive, onde realmente a vida acontece.

Então, o nosso grande apelo é para a reforma tributária no Brasil, dando uma atenção especial os srs. deputados para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que estabeleçamos critérios públicos, transparentes, claros, com a participação dos municípios, que são também perdedores nessa história, para que a renúncia fiscal de Santa Catarina seja no sentido de trazer benefícios sociais para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, sras. deputadas, srs. deputados, sociedade catarinense que nos assiste pela TVAL, gostaríamos de prestar uma homenagem ao Dia da Indústria. Como aqui ressaltou o nosso deputado estadual Silvio Dreveck, de São Bento do Sul, a nossa homenagem é para a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, a Fiesc.

Mas nós queremos homenagear, especialmente, um industrial e ex-prefeito da cidade de São Bento do Sul Frank Bollmann, pessoa que realmente prestou um grande serviço ao planalto norte, gerou muitos empregos, fez com que a parte social fosse beneficiada pela sua iniciativa, pela sua capacidade, principalmente, de gerar empregos, rendas e bem-estar social à nossa sociedade.

Mas eu quero me reportar e me associar, hoje, à idéia do sr. deputado Nilson Gonçalves, que fala da maioridade penal. Concordo com v.exa., principalmente no 2º § do seu artigo.

(Passa a ler.)

"Para quem não sabe, a redução da maioridade penal para 16 anos só será aplicada para os chamados crimes hediondos, ou seja, estupro seguido de morte, seqüestros, etc., e não para os chamados crimes comuns, portanto, não tem o menor cabimento um sujeito de 16, 17 anos cometer um desses crimes tipificados como hediondos e ser julgado pelo código da criança e do adolescente. Fico estupefato quando ouço alguém falar que a nova lei vai colocar nossas crianças nas cadeias já lotadas, inchando ainda mais o sistema prisional. Então, quer dizer que

nossa criança virou toda bandida, cometendo toda sorte de crimes violentos Brasil afora? Na verdade, nossa criança está é cometendo muito delito, muita coisa errada e certamente não estará enquadrada na nova lei." [sic]

Sr. deputado Nilson Gonçalves, eu acho que a maioridade penal para 16 anos no Brasil não resolve a situação. Sou a favor da Alemanha e da Itália, onde a maioridade penal é de 14 anos. Por quê? Porque um adolescente aos 14 anos de idade sabe muito bem diferenciar o bem do mal. Esse adolescente de 14 anos tem que ser punido, sim, mas concordo também com a idéia da deputada Ana Paula Lima, que disse que devemos educar as nossas crianças, mas devemos também fazer com que a família seja responsabilizada pela educação das nossas crianças.

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. levantou um grande problema, ao qual me associo.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Antônio Aguiar, ainda nesta coluna que nós escrevemos no jornal *A Notícia*, de Joinville, citamos que no Brasil, pelo menos dois atrás, nós tínhamos 39.578 menores cumprindo algum tipo de medida socioeducativa, o que significou, na época, cerca de 0,2% da população de jovens entre 12 e 18 anos. Desses 39.578, pelo menos 12 mil cumprem penas em Febens da vida, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O que eu quero dizer é que está sendo aprovada, no Congresso Nacional, a colocação de elementos criminosos na cadeia, perigosos, que cometem crimes hediondos depois dos 16 anos. E desse total de 39.578 o número de menores que cometem esses delitos e esses crimes não chega a 100. Se tiver 50 nesse meio que cometeram crimes hediondos é muito, e são para esses que está sendo feita a lei.

Então, essa história de dizer que a nossa criança vai parar toda no presídio, que vão inchar os presídios públicos, as cadeias de menores, é uma baita de uma falácia. Na verdade, o que nós não queremos é que criminosos que cometem crimes hediondos, estupro, seqüestros seguidos de morte, etc., sejam enquadrados no Código do Menor e do Adolescente. Isso, sim, é um absurdo, isso, sim, é hediondo.

Eu acho que a lei que está sendo elaborada no Congresso Nacional é muito coerente e muito necessária para que não tenhamos mais esses champinhas da vida cometendo crimes bárbaros e depois sendo tratados como criança num local, num educandário. Isso é o fim da picada!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu parabeno v.exa. pelo seu pronunciamento.

Nós queremos também nos reportar à audiência pública realizada na segunda-feira, nesta Casa, onde tramita um projeto de lei de autoria do deputado Professor Grandó, no qual ele propõe que 10% dos valores da multa de trânsito sejam destinados aos hospitais.

Eu gostaria de me associar ao projeto do nobre deputado e dizer que é ele pertinente, porque os acidentes que acontecem nas nossas rodovias representam um problema aos nossos hospitais. Por isso que eles precisam de mais recursos.

Então, nós estamos na Assembléia Legislativa para fazer com que o presidente Lula cumpra o seu discurso de campanha, a sua promessa de campanha, reajustando a tabela do SUS, por exemplo, em 40%, que foi a proposta tirada na nossa audiência pública. Também o Congresso Nacional deveria aprovar a Emenda n. 29, para que realmente o dinheiro da saúde seja aplicado somente na saúde. Os recursos da CPMF não deveriam ser aplicados em outras ações, pois hoje somente 40% do que é arrecadado é aplicado na saúde. Eu espero que esse engano seja corrigido pelo Congresso Nacional.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. deputado Antônio Aguiar, parabéns v. exa. por este pronunciamento e pela iniciativa de fazer com que tenha sido realizada, na segunda-feira, uma audiência pública, nesta Casa, para chamar a sociedade para reflexão do pouco que se investe em saúde. Por exemplo, o Projeto de Lei Complementar n. 0029 obriga o estado a investir 12% em saúde e, diga-se de passagem, no ano passado, Santa Catarina investiu 14%, 2% a mais do que é obrigatório por lei, e os municípios deveriam e devem investir 15% do seu orçamento.

Ocorre que tanto a União quanto os municípios acham que o problema de saúde não é deles. E a grande maioria da população fica à mercê desses preços baixos praticados pelo SUS, que há muito tempo não são corrigidos. E o valor é tão aviltante que o médico, muitas vezes, ou a equipe em si, o próprio hospital deixa a porta entreaberta ou não atende com aquela alegria que deveria atender alguém que está carente, que está precisando de um apoio especial, pois está doente.

Por isso é importante chamar a sociedade para discutir sobre esse tema tão importante.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de, neste momento, pedir à nossa deputada Ana Paula Lima, que faz parte da Saúde como enfermeira, que nos ajude junto ao presidente da República, para que realmente os hospitais sejam beneficiados de alguma maneira. Tenho certeza de que a deputada também é colaboradora neste sentido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, srs. deputados, visitantes que estão nos acompanhando na Assembléia Legislativa de Santa Catarina e também pela nossa TVAL, e pela Rádio Alesco Digital.

Gostaria de dizer ao deputado Antônio Aguiar que realmente somos parceiros na defesa da vida, da saúde, nos maiores investimentos na área da saúde e também da educação, não só como tem feito o governo federal, mas também o governo estadual. Essa é nossa luta, a nossa briga, e é para isso que estamos aqui, para defender o povo catarinense.

Quero dizer também, srs. parlamentares que o tema da redução da maioria penal, é um tema polêmico que temos que discutir muito bem, para não penalizar as nossas crianças e os nossos adolescentes. Se resolvesse o problema da criminalidade, da situação do nosso estado, do nosso país, eu certamente defenderia essa causa, mas eu acho que nós temos que repensar a sociedade, repensar a família, os meios de comunicação que são os geradores da grande violência dentro da cabeça das nossas crianças e adolescentes. Isso eu já mencionei nesta tribuna, é desta forma que estamos produzindo o futuro do nosso estado e do nosso país.

É a televisão, são os jogos, as *lan house*, que estão fazendo com que as nossas crianças e adolescentes fiquem cada vez mais agressivos. Esse é um processo lento, permanente e aí estão os frutos. Vamos pensar dessa forma também. O que é que a mídia faz com a cabeça das pessoas? Esses filmes americanos, onde um mata outro, as novelas onde um trai o outro, as famílias desmoronadas, isso está acontecendo constantemente de manhã, à noite, de madrugada é isso que a nossa sociedade têm visto.

Vamos discutir esse tema, vamos dizer como a televisão está influenciando na vida da nossa criança e do nosso adolescente, mas vou debater isso com muita cautela.

Também quero convidar os senhores e toda população catarinense, pois amanhã, dia 24 de maio, nós vamos ter uma audiência pública aqui na Assembléia Legislativa, no Auditório Antonieta de Barros, deputado Antônio Aguiar, e o tema é interessante: a apresentação de relatório de visitas aos Centros de Internação Provisória do estado de Santa Catarina, o lugar onde estão internados os adolescentes infratores. Essa comissão fez visitas em todos os centros de atendimento a esses adolescentes. Verifiquem! Saiam deste plenário e visitem esses centros. O da cidade de Blumenau, por exemplo, fechou, há dois anos está fechado; na cidade de Itajaí, está com problema com uma ONG; na região de Lages está com problemas; o centro de atendimento do São Lucas também está com problemas!

Então amanhã, deputado Elizeu Mattos, faço esse convite ao senhor, para assistir a apresentação do relatório de visitas aos Centros de Internação Provisória do estado de Santa Catarina. É importantíssimo verificarmos, no nosso estado, como estão sendo tratados os nossos adolescentes infratores. São centros para recuperação dos adolescentes, que possivelmente não estão sendo recuperados, e sim sendo candidatos as nossas penitenciárias, e nós não queremos isso! Nós queremos é recuperar, para não ouvir o que foi dito pelo deputado Nilson Gonçalves desta tribuna, sobre o que está acontecendo no presídio de Joinville. Nós não queremos isso! Nós queremos recuperar a nossa sociedade, a nossa criança e adolescente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V. Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputada Ana Paula Lima, quero parabenizá-la pelos temas que está trazendo a esta Casa. Há alguns dias discutimos esse assunto em uma audiência pública aqui na Casa, tanto a questão do papel da mídia, da grande imprensa em nosso país, mas principalmente o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, que não está sendo levado em consideração e também não se dá oportunidade, simplesmente se discute agora a redução da maioria penal.

Infelizmente estive hoje acompanhando pela imprensa mais uma vez esse tema, que nos deixa muito revoltado, porque existe a lei, há condições de se punir o adolescente e não se faz.

Parabéns por esse tema, que precisa ser debatido muito nesta Casa, com certeza em outros momentos, e quero parabenizá-la também pela iniciativa amanhã do debate, nesta Casa, em audiência pública.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Srs. parlamentares, assomei à tribuna para falar sobre dois assuntos de extrema importância, propositivos, mas também não poderia deixar de mencionar o que ocorreu hoje, quando eu estava vindo de minha cidade, Blumenau. Até já falei ao deputado Elizeu Mattos, ele que é um defensor do governo, que na minha cidade estão acontecendo algumas coisas, que o governo do estado não está cumprindo. São obras de infra-estrutura, de acesso entre os municípios, que estão paradas! Simplesmente a obra parou na metade do caminho! Foram percorridos não sei quantos quilômetros de asfalto e a obra parou. Eu passei na obra neste final de semana e vi que estava parada.

Não iria falar sobre esse outro assunto, mas estava ouvindo a rádio no caminho para cá, às 7h da manhã, e ouvi que a Escola Estadual Professor Nilo Borghesi está com sérios problemas, inclusive acho que foi o deputado Cesar Souza Júnior que apresentou um requerimento solicitando a construção de um ginásio de esportes para a mesma. Deputado Cesar Souza Júnior, não é só isso que as crianças estão precisando. Soube hoje que uma mãe entrou na rádio pedindo para que a diretora, ou o governador do estado, colocasse papel higiênico no banheiro para as crianças, e a diretora disse que só iria abrir o banheiro quando as crianças trouxessem um rolo de papel higiênico. Como é que eu não posso falar isso? E isso está acontecendo nas escolas estaduais! Sem falar dos uniformes escolares.

Além disso, deputado Elizeu Matos, tenho muito respeito por v. exa., mas dessas 36 secretarias de Desenvolvimento Regional temos uma em Blumenau, que é a 15ª Regional; uma em Brusque que é próxima; uma em Itajaí; uma em Rio do Sul, Ibirama e foi criada uma em Taió. Foi também criada uma em Timbó, que fica a menos de 50 quilômetros do município de Blumenau. Se as secretarias de Desenvolvimento Regional funcionassem, provavelmente teria papel higiênico nessa escola que hoje foi mencionada. Mas a secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau, que é uma região metropolitana, ficou apenas com três municípios: Blumenau, Pomerode e Gaspar. E a que foi criada a menos de 50 quilômetros da minha cidade, que é em Timbó, está tendo problemas, porque hoje leio nos jornais que a Regional provoca racha na triplíce aliança em Indaial. Por quê? Porque a pessoa indicada para ser secretário é do partido do DEM e os correligionários do PMDB não querem indicar os nomes. Isso sem falar em Blumenau, onde temos um problema, que é a respeito do nosso delegado, que os democratas também querem substituir.

Então, isso está gerando um conflito entre cargos comissionados, e quem está sofrendo é a população. É a população que não tem uniforme para as crianças; é a população que não tem o papel higiênico para os banheiros; é a população, porque de repente falta dinheiro para instalar um mamógrafo na cidade de Blumenau; é a população porque de repente não têm dinheiro para acabar as obras de infra-estrutura que foram começadas; é a população que está pagando por isso, com as brigas acontecendo em diversas regiões. Estou citando um caso, que é na região do Vale do Itajaí. Não sei se o governador sabe disso. Tenho um respeito muito grande pelo governador, acho que ele tem a melhor das intenções. Não achei que fosse acontecer isso tudo. Ele tem a melhor das intenções, mas está acontecendo isso, deputado Elizeu Mattos, e não podemos ficar parados. As mulheres estão reclamando, os homens estão reclamando, e agora as crianças das escolas estão reclamando.

Desta forma, sr. presidente e srs. deputados, eu iria falar aqui de um tema interessante, que é a interiorização da nossa universidade federal, que o governo federal, o governo do presidente Lula está fazendo em diversas regiões de nosso estado. Vão abrir três *campi* da Universidade Federal de Santa Catarina nas regiões de Curitiba, no sul em Araranguá, e no norte em Araquari. É isso de bom que está acontecendo! Iria falar dos Cefets, das escolas técnicas federais, que são inúmeras em diversas regiões. É dessa forma que tem que ser exercido o governo. A minha crítica, srs. parlamentares, ao governo do estado é para que ele acorde e dê retorno à nossa população que o elegeu.

E também, sr. presidente, gostaria de dizer que o presidente Lula está fazendo muita coisa boa por Santa Catarina: a duplicação da BR-101; da BR-470; da BR-280; BR-282, inúmeras obras, através do PAC e quero que o governo do estado também faça as suas obras.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Cesar Souza Júnior, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, o que me traz à tribuna no dia de hoje é a questão, mais uma vez, dos episódios lamentáveis acontecidos no transporte coletivo na Grande Florianópolis. Soube, deputada Ana Paula Lima, que na nossa querida cidade de Blumenau também houve paralisação no transporte coletivo, hoje, sem avisar, como aconteceu aqui. Isso está virando mania.

Nós sabemos que há graves problemas no transporte coletivo urbano, não só em Santa Catarina, como de resto em todo o Brasil. Mas essas paralisações sem prévio aviso à sociedade, sem que as pessoas se preparem para tal são, a meu juízo, indefensáveis e inadmissíveis.

No dia de ontem, bem cedo, os ônibus saíram das garagens e recolheram as pessoas que estavam nos pontos aguardando, idosos, que bem cedo têm que ir para a fila dos hospitais. Pois bem, deixaram esses idosos, esses estudantes nos colégios, nos hospitais e depois paralisaram, não voltaram para buscar. Pessoas com dificuldades, sem dinheiro, sem parente com automóvel, largadas à própria sorte, sem prévio aviso, no centro da cidade. Pessoas que moram em Santo Amaro da Imperatriz, em Palhoça e em Bagaçu, abandonadas, sem eira e nem beira, no centro da cidade, dentre eles também os mais carentes, que são maioria no transporte coletivo, sem sequer ter recursos para comprar um lanche. Isso aconteceu e essas histórias se sucederam.

Porque o fato é que esse sistema de conflagração hoje, do transporte coletivo na Grande Florianópolis, é sintoma de algo mais amplo que afeta todo o país. Neste caso, sem dúvida, há muita omissão daqueles que deveriam tomar decisões e não tomam. E o saldo final desta paralisação será, já admitido pelas autoridades municipais de Florianópolis, o aumento da passagem, ou seja, a pressão vem daqui, a discussão vem de lá e no fim acaba no bolso do cidadão, como parece que vai acabar. Espero que não acabe assim também em Blumenau, deputada Ana Paula Lima. Mas provavelmente esse é o caminho desse tipo de paralisação.

Mas o fato é que as empresas também alegam prejuízos operacionais com a manutenção deste serviço, mas o fato também é que a passagem é muito cara para as pessoas. Então o que está havendo de errado? Se as empresas não conseguem ter o serviço remunerado, se o cidadão não consegue pagar a passagem, alguma coisa está errada. E o que está de mais errado é a tributação. Em todo o mundo o setor de transporte de massa coletivo, ônibus, metrô, trem, recebe recursos do poder público. No Brasil o poder público extrai recursos do transporte coletivo. Segundo cálculos existentes, hoje a tributação é responsável por cerca de 30% do preço das passagens do transporte coletivo urbano, com um grande impacto tarifário.

Temos aqui, inclusive, o quadro desses tributos. Tributos federais representam 3,65% do preço da passagem; tributos e taxas municipais, 8%; encargos sociais, 10,28%; ICMS sobre o óleo diesel, 4,5%; ICMS sobre os veículos, 1,2%; Cide, PIS e Cofins sobre o óleo diesel, 3,75%; além das gratuidades que não são cobertas pelo poder público, e são cobradas dos usuários. Isso faz com que nós tenhamos um transporte público caro, ineficiente e que freqüentemente deixa a população na situação tão triste como pudemos observar no dia de ontem, em Florianópolis.

Há ainda outro dado. Fiz um cálculo aqui, deputado Décio Góes, que é o seguinte: a passagem média, na região da Grande Florianópolis, para quem paga em dinheiro, é de R\$ 2,10. Se o sujeito pega dois ônibus, um para ir, outro para voltar - e muita gente pega muito mais do que dois ônibus, mas vamos deixar em dois - dá R\$ 4,20 por dia. O valor de R\$ 1,26 é imposto; no mês, o trabalhador, o catador de papelão, a empregada doméstica, pagam R\$ 32,80 de imposto sobre a passagem de transporte coletivo urbano. Num ano chega a cerca de R\$ 400,00 e para quem pega quatro ônibus, estamos falando em R\$ 800,00 de imposto anual sobre a passagem.

E sabemos que a imensa maioria das pessoas que utilizam transporte coletivo urbano são de baixa renda, porque se o sujeito tem opção, ele prefere o carro, o que está errado, o que polui, o que gera tráfego.

Então, deputado Décio Góes, há como se combater isso, há estudos já nesse sentido. Vou apresentar alguns dados aqui: o óleo diesel sofreu um aumento brutal, nos últimos cinco anos, de mais de 90%; se reduzirmos em 50% a tributação do óleo diesel, podemos reduzir de 10% a 12,5% o preço final da passagem para o cidadão. Em relação à alíquota do ICMS, se zerada, impacta em 1,2%; o PIS e a Cofins, se reduzidos a zero, no caso da tributação das empresas de transporte coletivo urbano poderemos reduzir 3,65%. Se reduzirmos no máximo 5% sobre o faturamento o ISS e demais taxas municipais, teremos um impacto de menos 3%. Nos encargos sociais que hoje são da ordem de 23%, se passarmos para uma alíquota média de 2,6% sobre o faturamento, teremos uma redução de 5%. Isso tudo, deputado Décio Góes, pode dar à passagem um preço 40% inferior ao atual, ou seja, o estado brasileiro, nos seus três níveis: federal, estadual e municipal, tem que tirar a pressão tributária sobre a passagem. Do contrário, nós vamos inviabilizar o sistema para as camadas mais populares do nosso Brasil, do nosso estado e dos nossos municípios.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não! Escuto o deputado Décio Góes, que já foi prefeito municipal, e certamente vai poder contribuir aqui com este tema. Com muita honra concederei o aparte até para subsidiar ainda mais o pronunciamento.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Cesar Souza Júnior, é importante este debate, ele reflete certamente na vida das pessoas, e culturalmente nós vamos precisar mudar o nosso jeito de pensar o transporte. Pelas questões ambientais ele precisa ser, por diversos fatores, pelo suporte do sistema viário dos municípios, cada vez mais pensado na forma de um transporte coletivo e um transporte de qualidade.

Esse caso é um em que a renúncia fiscal é extremamente justificável, porque há um interesse público muito forte, um interesse social forte. Existe um grupo de estudos, no ministério das Cidades, que está discutindo essa questão da redução das alíquotas, ou do barateamento do transporte público, e que precisa de um incentivo a mais e nós podemos, inclusive, encaminhar alguma moção, nesse sentido, ou uma indicação, ao ministério das Cidades para agilizar esses estudos.

Mas uma das grandes barreiras são os estados, na redução do ICMS, da cadeia que comporta o custo do transporte coletivo. Em relação aos municípios, por exemplo, há um desejo de isentar aquele mínimo de 2%, mas a lei federal por enquanto ainda proíbe.

Então, esses entraves precisam ser superados com esse grupo de trabalho, e acho que nós podemos incentivar para que se possa ter resultado o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado pelo aparte, deputado Décio Góes.

Sem dúvida essa situação não vai ser resolvida se tratada pontualmente em nível municipal, em nível estadual e em nível federal. Tem que haver uma coordenação e ela tem que partir, sim, do governo federal.

Deputado Décio Góes, proporei uma moção para que haja a agilização desse processo, e convido v.exa. para inscrevê-la em conjunto para que possamos ter uma solução definitiva. Porque um outro dado que é estarrecedor, deputado Décio Góes, é o seguinte: 27% dos usuários do transporte coletivo estão nas classes D e E. Mas as classes D e E representam 45% do universo da população brasileira. Ou seja, os mais humildes estão tendo, pela excessiva tributação, sonogado o seu direito de ir e vir, sonogado o seu direito de empregabilidade. E essa é uma luta de todos nós, e contará sempre com o nosso apoio!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência saúda o vereador de Canoinhas, Beto Farias, desejando-lhe uma feliz estada nesta cidade.

O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o sr. deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada Ana Paula Lima, não consegui o aparte e agora terei dez minutos para falar.

Primeiramente, quero dizer que foi feito o lançamento da Festa do Pinhão, que acontecerá de 1º a 10 de junho, em Lages, e, como deputado de Lages e região, quero também fazer o convite a v.exas., porque a partir do dia 1º todos os caminhos, deputados Décio Góes e Dirceu Dresch, levam à serra catarinense, mais especificamente à nossa cidade de Lages. Portanto, faço aqui também o convite, como já fez, hoje, o prefeito da nossa cidade de Lages, Renato Nunes, o Renatinho.

Mas, hoje, é um dia, deputado Serafim Venzon, de comemoração pela conquista do estado de Santa Catarina. Escutando o deputado presidente do Partido Progressista, Joares Ponticelli, vou confessar, deputado Professor Grando, que fiquei com dó de Luiz Henrique da Silveira. Coitado do governador, pois se a coisa dá errada, o governador é o culpado; se o banheiro da escola entupiu, o governador é o culpado; se aconteceu não sei o que lá no Brasil inteiro, o Luiz Henrique é o culpado. E agora que conseguimos o reconhecimento de zona livre de febre aftosa sem vacinação pela Assembléia Geral de Organização Mundial de Saúde Animal, que é uma grande conquista, o Luiz Henrique não tem nada a ver com a história. Foi isto que falou aqui o deputado Joares Ponticelli.

Já acharam autores anônimos, deputado Professor Grando, e o governador não tem nada a ver. Mas se não fosse reconhecida Santa Catarina, o governador era o culpado. Coitado do Luiz Henrique da Silveira. Não tem jeito, o nosso deputado não consegue ver que poderíamos estar aqui fazendo uma grande festa não só para Santa Catarina, mas para o Brasil, devido a esse reconhecimento. E a partir de agora o nosso produto animal é considerado de primeiro mundo.

Quando reconhecemos o esforço para que houvesse a Universidade Federal no interior do estado de Santa Catarina - lógico, em Curitiba, mas eu queria que fosse em Lages -, nós falamos no presidente Lula. Eu não poderia vir aqui criticar porque não foi em Lages, mas foi para Curitiba. Que bom que haverá lá a universidade!

Agora, eles têm que reconhecer o esforço e a posição firme do governador Luiz Henrique de manter, naquele momento mais difícil - porque não começou no governo de Luiz Henrique, e temos que reconhecer isso, e sim antes. Quando a febre aftosa se aproximou do estado de Santa Catarina, o governador manteve uma decisão política forte de que nós íamos ficar sem vacinação, e é lógico que com o apoio dos técnicos da Cidasc e de toda a equipe da Cidasc. Foram feitas barreiras, o governador pediu para o Exército ajudar nas barreiras, enfim, foi feita uma verdadeira operação de guerra para não vacinar, porque as pessoas do estado estavam divididas entre a vacinação e a não-vacinação.

O governador tomou uma posição de não vacinar e não termos a aftosa que, naquele momento, assustou-nos, deputado Serafim Venzon. E essa posição forte do governador Luiz Henrique, dos nossos técnicos, da secretaria da Agricultura, é que nos dá, hoje, o direito de comemorarmos essa grande conquista para o estado de Santa Catarina e para o Brasil.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Elizeu Mattos, parabéns por levantar este assunto. E certamente esta não é a única grande vitória deste governo, Santa Catarina livre da febre aftosa e livre de outras doenças de animais que se relacionam com o ser humano e que são importantes.

E deve ser esse o papel de um governador, o papel de um prefeito, o papel de um líder, aquele que promove a ação, que leva as outras pessoas que o vêem a agir, a empreender. Depois de amanhã será o dia em que a indústria homenageará diversos empresários nossos, e certamente a homenagem será para eles. Mas temos que destacar aqui que é esse entusiasmo que nós precisamos passar, e que o governador faz muito bem isso, para os nossos cidadãos, para que cada um faça renascer em si esse sentimento de empreender, de acreditar naquilo que sabe fazer e fazê-lo, porque é isso que vai dar uma melhor qualidade de vida a si e aos demais.

Então, esse é o papel de um prefeito, é o papel do governador, é o papel do presidente, é o papel do líder. E quero destacar aqui que essa vitória de Santa Catarina livre da febre aftosa - e cumprimentamos Santa Catarina e os nossos funcionários que se relacionam com a saúde animal - também aconteceu graças ao entusiasmo de um líder político, como é o nosso governador.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte do nobre deputado Serafim Venzon.

V.Exa. conseguiu expressar aquilo que o catarinense, neste momento, está sentindo: a auto-estima de ser catarinense, por essa conquista; o fato de ter sido reconhecida essa conquista, elevou a auto-estima do cidadão catarinense.

Nós, hoje, sentimo-nos orgulhosos, sra. presidente, de ser catarinenses por essa conquista, porque o nosso é o único estado da nação brasileira, dos 27, que conseguiu essa conquista.

Queríamos nós, e tenho certeza de que também o presidente Lula, que todos os estados estivessem na condição de Santa Catarina. Mas houve uma posição firme e hoje podemos comemorar junto com os catarinenses, com o governo, com as lideranças políticas, com todos que fizeram parte desse coro de seriedade, porque houve alguns que foram contra a não-vacinação. E a sociedade sabe quem era contra a não-vacinação. Se tivesse sido feita a vacinação da febre aftosa, hoje nós não conseguiríamos comemorar esse reconhecimento da nossa economia, que é forte na área de carnes e de saúde animal.

Mas a deputada Ana Paula Lima, na sua fala, levantou alguns problemas. Problemas existem, deputada Ana Paula Lima; acho que se não houvesse problemas, não haveria a necessidade de termos governos, de termos prefeitos, de termos vereadores, de termos presidente da República e de estarmos aqui. Existem governos, existem prefeitos, existe um presidente da República justamente para minimizar os problemas. Se tudo estivesse resolvido, não haveria o porquê de estarmos aqui. Eu sei que problemas existem, e muitos mais já existiram!

V.Exa. falou que faltou papel higiênico lá em Lages, mas quando assumi a secretaria Regional nem banheiro havia! Pode ter faltado agora, em certo momento, mas nem banheiro havia na Escola Estadual Básica Francisco Manfro, que é para 900 alunos.

Então, se formos falar de problemas, nós vamos achar mil e um para falarmos. Eu sei que existem alguns problemas, e vão existir, ninguém vai resolver todos.

É sobre os uniformes, é porque faltam recursos; se tivéssemos recursos, já tinham sido reformados, deputado Professor Grandó, todos os colégios. Mas vale ressaltar as conquistas já feitas. Lá em Lages, deputada presidente Ana Paula Lima, dos 46 colégios, 38 receberam melhorias. Mas, por incrível que pareça, no final de semana, deputado Dirceu Dresch, havia um colégio fazendo manifestação, o Colégio Vidal Ramos, porque não foi pintado e reformado. Mas, dos 46, 38 foram feitos. Não conseguimos fazer em todos, e o pessoal está fazendo uma manifestação e pedindo melhorias para os colégios, que é um direito de todos gritar para ganhar, que não foi o caso lá na cidade de Lages.

Portanto, quero aqui dizer, deputada Ana Paula Lima, que, com certeza, se há problemas, a secretaria Regional... E não quero contestar, em momento algum, a secretaria Regional, porque quem sou eu para contestar o povo na eleição passada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Inscrito para falar o deputado Professor Grandó, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Deputada presidente Ana Paula Lima e srs. deputados, este 23 de maio é a Jornada de Lutas, em nível nacional, dos servidores federais e do movimento popular. Eu gosto muito do número 23. Realmente é um marco histórico, além do ser o número do PPS.

E uma das principais lutas que estão nas ruas para com os direitos para o povo é a reforma agrária. Nós somos um dos poucos países do mundo que podem fazer a reforma agrária, mas sequer temos um plano de colonização, ou de planejamento, ou de financiamento para a atividade agrícola em nível nacional para aqueles que querem trabalhar na terra como opção de vida para eles e para seus filhos, e para desenvolver este país que tanto precisa.

Então, a reforma agrária urgente já se faz necessária, obviamente que o Movimento dos Sem Terra e tantos outros movimentos estão nesta luta, que continua, e nós, parlamentares, temos que apoiar.

A questão de emprego para todos, a redução da jornada de trabalho sem redução do salário - é o mundo moderno, é o aproveitamento da ciência e da tecnologia, é o mundo globalizado - são reivindicações justas. É preciso gerar emprego para os jovens que estão se formando em nível superior e já estão desempregados. O país está passando por essa fase e é por isso que temos que ter políticas diferentes.

Cito também a luta em defesa do direito irrestrito de greve e contra a criminalização dos movimentos sociais. Pela primeira vez neste país em que o mundo está se democratizando, querem restringir o direito de manifestação do trabalhador e de greve. Temos que ter muito cuidado com o que se está colocando, porque não é bem desta maneira que o trabalhador tem que ter cortado o seu ponto porque estaria em férias, se recebesse estando greve. Um presidente da República não pode falar isso porque há todo

um processo do direito trabalhista e de negociação que nós temos que respeitar. São conquistas de décadas e décadas de lutas.

Em defesa do serviço público: educação, transporte e saúde pública gratuita e de qualidade para todos; direito à moradia; em defesa do meio ambiente. São tantas as lutas neste dia nacional, deputada Ana Paula Lima, que nós estamos aqui, como parlamentar, solidários.

E aqui nesta Jornada de Lutas fala da questão do transporte, o direito de ir e vir. Antes de se discutir a política de transporte, nós temos que nos interrogar - eu falo com experiência, e inclusive hoje ainda ouvi uma música que foi muito cantada no morro, que dizia que morro abaixo, todo santo ajuda, mas morro acima, o único que botou ônibus foi o Grandó. Isto é interessante. Por quê? Porque antes de discutir transporte, nós temos que ver qual é a alternativa melhor ou mais barata. Se é o transporte marítimo, se é o metrô, se é o transporte para as pessoas carentes, como é o caso dos moradores do morro, que se chama integração nacional.

O que não podemos, na realidade de hoje, é permitir, mais uma vez, devido ao movimento dos empresários, junto ao poder público - é intermediário - e dos trabalhadores, que toda a sociedade civil tenha que pagar esse aumento da passagem. Isso sem levar em conta que três terminais de ônibus ainda continuam vazios. O que está havendo? Por que os empresários estão tendo dificuldades? Porque houve uma reforma, um planejamento do sistema de transporte, que obrigou esses empresários a pegar recursos emprestados. Já passou o tempo de carência, que é de cinco anos, e agora estão pagando no BNDES. E como consequência disso, com o que arrecadam por mês não conseguem pagar a dívida, porque todo esse sistema foi mal planejado. E o resultado do mau planejamento, o povo vai pagar! Isto não pode continuar!

Recebi, hoje, e com grata satisfação, a notícia de que a secretaria do Bem-Estar Social do município vai aproveitar - e terá um planejamento, está em fase de licitação - o terminal do Saco dos Limões para lá fazer a cidade do idoso. Parabéns! Gostaríamos que os terminais de Capoeiras e do Jardim Atlântico, que estão lá desativados, parados com dinheiro público, pudessem ajudar o jovem a aprender alguma profissão e os desempregados a se atualizarem para ter o seu mercado de trabalho.

Portanto, deputada Ana Paula Lima, a lógica de que o preço repassa para o nosso cidadão é a mesma que aqui foi falada: da renúncia fiscal. Quem sabe nós vamos tirar imposto em nível nacional, vamos descontar os combustíveis em nível nacional, descontar os pneus e as peças para que o empresário - aí, sim, é o país todo pagando - continue mantendo o seu lucro e o bom transporte.

Tudo isso até pode ser discutido, mas nós temos outras premissas mais importantes para começarmos a discutir, e faremos isso em outros pronunciamentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Esta encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Michel Curi - Procurador Presidente

Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária

ATA DA 1611ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1611ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Nazarildo Tancredi Knabben, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Procurador Anselmo Inácio Klein - aprovado parecer ao processo s/n - Ofício nº 404/06, da Procuradoria de Finanças, "esclarecimentos sobre a aposentadoria de Benjamin Lino da Silva Filho (TC)". 2) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - processo s/n - Ofício nº 407/06, da Procuradoria de Finanças, "esclarecimentos sobre a aposentadoria de Maria Helena Bargellini (TC)", que após discussão e votação foi aprovado o parecer da Relatora. 3) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Junior - aprovados pareceres aos processos s/n - Ofício nº 4394/06 e 409/06, ambos da Procuradoria de Finanças, "esclarecimentos sobre a aposentadoria de Francisco Carlos de Oliveira e Zulamar Vergilio Francisco (TC)". Continuando o Relator colocou extra pauta o processo 772/07, de Lício Mauro Ferreira da Silveira, que foi aprovado por unanimidade. 4) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - processos s/n - Ofício nº 411/06 e 421/06, ambos da Procuradoria de Finanças, "esclarecimentos sobre a aposentadoria de Breinar Aguiar e Reinaldo Jorge de Oliveira (TC)", que após discussão, pareceres aprovados. 05) Relatoria do Procurador Sérgio Augusto Machado - aprovado parecer ao processo s/n - Ofício nº 405/06, da Procuradoria de Finanças, "esclarecimentos sobre a aposentadoria de Salvelino Duarte (TC)". 06) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - aprovado parecer ao processo s/n - Ofício nº 400/06, da Procuradoria de Finanças, "esclarecimentos sobre a aposentadoria de Ciro Cordeiro Filho (TC)". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária para o próximo dia trinta (30) de maio, à mesma hora e local. Eu, Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 23 de maio de 2007.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 9ª reunião ordinária. Presentes os demais membros: Deputado João Henrique Blasi, Deputado Pedro Baldissera, substituído a partir das 10:00 horas até o final da reunião pelo Deputado Jailson Lima, Deputado Marcos Vieira, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Narcizo Parisotto e o Deputado Pedro Uczai. Aberto os trabalhos, foi aprovada a ata da 8ª Reunião Extraordinária e os senhores Deputados passaram a relatar as matérias. O **Senhor Deputado Marcos Vieira**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0019.7/07, 0119.4/07 e 0123.0/07, apresentando requerimentos pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; Projeto de Lei nº. 0141.2/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0022.7/07, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai e o Projeto de Lei nº. 0135.4/07, exarando parecer pelo pensamento ao Projeto de Lei nº. 0112.8/07, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Senhor Deputado João Henrique Blasi**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0008.4/07 e 0011.0/07, apresentando requerimentos pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0030.7/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação,

foi aprovado por maioria. O Senhor Deputado Pedro Baldissera, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0076.0/07, apresentando voto vista pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli. O Senhor Deputado Narcizo Parisotto, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0152.5/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. O **Senhor Deputado Joares Ponticelli**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0115.02/07 e 0079.2/07, exarando pareceres pelo arquivamento, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e os Projetos de Lei nºs. 0139.8/07, 0155.8/07, 0128.5/07 e 0156.9/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade.

O **Senhor Deputado Pedro Uczai**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0045.3/07 e 0130.0/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por maioria e o Projeto de Lei nº. 0140.1/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira. O **Senhor Deputado Romildo Titon**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0146.7/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº. 0098/07, exarando parecer pela compatibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº. 0100/07, exarando parecer pela compatibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e a Mensagem de Veto nº. 0099/07, exarando parecer pela compatibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 2007.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 16ª LEGISLATURA EM 16/05/2007.

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às 9 horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da décima reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação. Foram registradas as presenças dos Senhores Deputados: Manoel Mota, Gelson Merísio, Jandir Bellini, José Pereira Natal, Odete de Jesus, Décio Góes e Renato Hinnig. Representando o Deputado Sílvio Dreveck, o Deputado Líder do (PP) Kennedy Nunes. O Deputado Presidente colocou em votação a ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão, sendo aprovada por unanimidade. O Deputado Jailson Lima, na reunião do dia nove do março, representou a Deputada Odete de Jesus, por esta se encontrar em Brasília, foi solicitado vista em gabinete o PL/0044.2/2007, em nome da Deputada substituída. Ato contínuo, o Presidente abriu o debate sobre o Plano Plurianual (PPA) 2008/2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento Regionalizado (OR). A discussão foi bastante intensa, na qual alguns parlamentares se mostraram preocupados com o rumo que esses assuntos irão tomar. O Presidente passou a palavra ao Deputado Gelson Merísio, que relatou seu parecer ao PL/0052.2/2007, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Também relatou o PL/0127.4/2007, foi posto em discussão e votação sendo aprovado por unanimidade. Continuando, o Presidente passou a palavra ao Deputado Manoel Mota, que relatou o Of. 0015.6/1999, que foi posto em discussão e votação sendo aprovado por unanimidade sua Diligência. Continuando, o Deputado Renato Hinnig, com a palavra, deu seu parecer sobre o PL/0044.2/2007, seu parecer foi pela rejeição. Foi sobrestado pelo Presidente. Com a palavra, a Deputada Odete de Jesus apresentou um relatório como resposta ao requerimento aprovado na última reunião da comissão, de sua autoria, da convocação do Secretário de Estado da Saúde, Deputado Dado Cherem, para prestar esclarecimentos e explicações sobre o PL/0015.8/2007, que dispõe sobre a prorrogação de contratos por prazo determinado no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde. No documento, o Secretário informa que desde um mil novecentos e noventa e três a pasta vem efetuando contratação de servidores para o exercício de suas funções nas diversas unidades hospitalares e assistenciais. Com a crescente demanda, houve a necessidade da prorrogação sistemática dos respectivos contratos de trabalho, o que vem acontecendo até o presente. A classificação final do Concurso Público (Edital 018/2006) já foi devidamente homologado e se encontra em fase de convocação dos

candidatos aprovados, para apresentação de documentos e posterior posse no cargo. Continuando, o Presidente passou a palavra a seus pares, o Deputado Jandir Bellini disse que "será preciso ouvir os anseios da comunidade, mas é preciso ter certeza do que se pode oferecer". Para o Deputado Décio Góes, o Orçamento Regionalizado deve estar sintonizado com as necessidades regionais. "Temos que saber quais são as prioridades que devem ser contempladas no Orçamento e cobrar do Governo a sua efetivação. Nosso papel é estar do lado da população com uma real atuação em cada canto do Estado". O Presidente declarou: "A nossa Comissão vai dar a sua contribuição na forma legal da sua competência, e a minha intenção é que o Orçamento Regionalizado seja o mais próximo da realidade da população. O Presidente também informou que agendará uma visita do Secretário da Fazenda, o Senhor Sérgio Alves, para alguns esclarecimentos sobre o assunto que estão preocupando os parlamentares. O Presidente agradeceu a seus pares presentes na reunião. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais eu., Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 039/2007

REFERENTE: CONTRATO CL Nº 028/2007-00, celebrando em 18/05/2007.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: STANDARD AUDIO VISUAIS PARA EVENTOS LTDA ME.
 OBJETO: Aquisição de projetores e telas de projeção, todos novos e de primeiro uso, estes deverão ser instalados e postos em pleno funcionamento, conforme Edital e condições propostas pela Contratada.
 VALOR GLOBAL: R\$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais).
 REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irremovíveis, salvo quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei nº 8.666/93 e com base no limite do IGPM/FGV, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.
 AÇÃO/ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta da AÇÃO 8784 (Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática) e do item orçamentário 44.90.52.35 (Equipamentos de Processamento de Dados), ambos do Orçamento da ALESC.
 VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data da assinatura do contrato até o aceite definitivo do objeto, estendidos seus efeitos até o decurso do prazo de garantia do equipamento (36 meses).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02; Processo Licitatório modalidade PREGÃO CL Nº 010/2007, e; Autorização para Processo Licitatório nº 013/2007 parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.
 Florianópolis, 18 de maio de 2007.
 Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
 Samantha de Aguiar Lima - Sócia
 Ana de Aguiar Lima - Sócia

*** X X X ***

EXTRATO Nº 040/2007

REFERENTE: 01 Termo Aditivo ao Contrato CL nº 012/2007-00, celebrado em 02/05/2007.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza E Serviços Especiais Ltda.
 OBJETO: 1. O termo aditivo ter por finalidade, baseado na reivindicação da empresa CONTRATADA, ajustar os reflexos decorrentes da Convenção Coletiva de Trabalho 2007/2008, que resultou numa majoração de 8,57% (oito vírgula cinquenta e sete por cento), sobre o montante "A" especificamente para as categorias de servente e copeira e, de 4% (quatro por cento) para as demais categorias, ocasionando, em razão de tais reajustes, um aumento mensal de R\$ 22.506,28 (vinte e dois mil, quinhentos e seis reais e vinte e oito centavos), representando um percentual de acréscimo mensal de 3,8359%, com vigência a partir de 1º de abril de 2007.
 2. Diante de tais ajustes o valor mensal do contrato, a partir de 1º de abril de 2007, passará de R\$ 586.722,93 (quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos) para R\$ 609.229,21 (seiscentos e nove mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos).
 3. Diante dos ajustes referenciados no termo aditivo o valor global do Contrato para o ano de 2007 passará de R\$ 6.453.952,23 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e três centavos) para R\$ 6.656.508,75 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oito reais e setenta e cinco centavos), representando um percentual de acréscimo anual de 3,13% (três vírgula treze por cento).
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; Item 3.4da Cláusula Terceira, e Item 6.1 Cláusula Sexta do Contrato Original; Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 02 de maio de 2007.
 Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
 Paulo Helder Bordin - Contratado
 Luiz Hermes Bordin - Contratado

*** X X X ***

EXTRATO Nº 041/2007

REFERENTE: CONTRATO CL Nº 025/2007-00, celebrando em 18/05/2007.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: LLETAS PRODUÇÕES LTDA
 OBJETO: Contratação da empresa Letras Produções Ltda., com vistas ao atendimento do Projeto "O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa", neste caso com a apresentação da palestra "Perdas e Ganhos" ministrada pela escritora Lya Fett Luft, que versará sobre as políticas sociais, reflexões sobre o cotidiano, vida e emadurecimento.
 VALOR GLOBAL: R\$ 14.545,45 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).
 REAJUSTAMENTO: O preço é fixo e irremovível.
 AÇÃO/ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 9192.8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais) e do Item Orçamentário 33.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências), da ALESC.
 PRAZO: A data para a apresentação da palestra será a de 23/05/2007, estipulando-se um prazo mínimo de 02 (duas) horas de duração para a execução do objeto.
 FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, II da Lei 8.666/93 e suas alterações; Autorização para Processo Licitatório nº 0542/07; Inexigibilidade de Licitação nº 005/2007; Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 18 de maio de 2007.
 Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
 Lya Fett Luft - Contratada

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2007

Suspende a execução do art. 129 da Lei nº 170, de 1983 e do art. 15 da Lei nº 2.826, de 1987, alterado pelo art. 6º da Lei Complementar nº 20, de 1993, todas do Município de Chapecó.

Art. 1º Fica suspensa a execução do art. 129 da Lei nº 170, de 20 de outubro de 1983 e do art. 15 da Lei nº 2.826, de 26 de novembro de 1987, alterado pelo art. 6º da Lei Complementar nº 20, de 15 de dezembro de 1993, todas do Município de Chapecó, em razão da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível em Mandado de Segurança nº 1998.009406-2.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 042/07

Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer Regional de Palmitos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer Regional de Palmitos, com sede e foro no Município e Comarca de Palmitos.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 073/07

Declara de utilidade pública a Athos Promoções Sociais, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Athos Promoções Sociais, com sede e foro no Município e Comarca de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 074/07

Declara de utilidade pública a Companhia da Mulher - CIAM, de Cocal do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Companhia da Mulher - CIAM, com sede no Município de Cocal do Sul e foro na Comarca de Urussanga.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 080/07

Inclui no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina a Semana do Aleitamento Materno.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica incluída no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina a Semana do Aleitamento Materno.

Art. 2º No Calendário Oficial do Estado fica destinada a segunda semana do mês de maio para a Semana do Aleitamento Materno de que trata a presente Lei.

Art. 3º O Governo do Estado promoverá na Semana do Aleitamento Materno campanha de esclarecimento junto à população sobre a importância do leite materno para a saúde do lactente.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0086.1/2007

Na Emenda do Projeto de Lei nº PL/0086.1/2007, onde se lê "Ação Leão Dehon", leia-se "Ação Social Leão Dehon".

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 16/05/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 086/07

Declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial São José de Botuverá, também designada Ação Social Leão Dehon, de Botuverá.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Social Paroquial São José de Botuverá, também designada Ação Social Leão Dehon, com sede na Cidade de Botuverá.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 087/07

Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do Controle Interno do Estado de Santa Catarina - ASCISC, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores do Controle Interno do Estado de Santa Catarina - ASCISC, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 088/07

Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiro Comunitário de Palma Sola.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiro Comunitário de Palma Sola, com sede no Município de Palma Sola e foro na Comarca de Dionísio Cerqueira.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0094/07

Dá nova redação à ementa e ao art. 1º da Lei nº 5.182, de 1975.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 5.182, de 27 de novembro de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Beneficente São Dimas - ASBEDIM, do Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente São Dimas - ASBEDIM, com sede na Cidade de Florianópolis e foro na Comarca da Capital." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 098/07

Declara de utilidade pública o Instituto Internacional Memória Viva, do Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Internacional Memória Viva, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0100.4/2207

O Projeto de Lei nº PL/0100.4/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Ação Social Nossa Senhora de Guadalupe - ASONSEG, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Social Nossa Senhora de Guadalupe - ASONSEG, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 26/05/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 100/07

Declara de utilidade pública a Ação Social Nossa Senhora de Guadalupe - ASONSEG, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Social Nossa Senhora de Guadalupe - ASONSEG, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 144/07

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Rancho Queimado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Rancho Queimado, entidade civil sem fins lucrativos, com sede no Município de Rancho Queimado.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de maio de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***